



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia

Responsabilidade Social Corporativa e Representação Social do Empresário Goiano

Milton Marinho Nogueira Júnior

Orientador: Prof. Dr. Pedro Humberto Faria Campos

Goiânia

Outubro, 2007



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia

Responsabilidade Social Corporativa e Representação Social do Empresário Goiano

Milton Marinho Nogueira Júnior

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia Social, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, da Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Pedro Humberto Faria Campos

Goiânia
Outubro, 2007

Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Responsabilidade Social Corporativa e Representação Social do Empresário Goiano

Milton Marinho Nogueira Júnior

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia Social, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, da Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Pedro Humberto Farias Campos

Goiânia
Outubro, 2007

N778r Nogueira Júnior, Milton Marinho
Responsabilidade Social Corporativa e Representação Social do
Empresário [manuscrito] : Milton Marinho Nogueira Junior.-- 2018.
118 f.; il.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Psicologia, Goiânia, 2007
Inclui referências, f. 106-113

1. Psicologia social - representação social. 2. Responsabilidade
social da empresa. I. Campos, Pedro Humberto Faria.
II. Pontifícia
Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 316.6(043)

Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia

Folha de Avaliação

Autor: Milton Marinho Nogueira Júnior
Título: Responsabilidade Social Corporativa e Representação Social do Empresário
Data da avaliação: 29 de outubro de 2007

Banca Examinadora

Avaliação

Prof. Dr. Pedro Humberto Faria Campos
Universidade Católica de Goiás
Presidente

Nota ou Grau

Prof^ª. Dr^ª. Ana Magnólia Mendes
Universidade de Brasília
Membro

Nota ou Grau

Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa
Universidade Católica de Goiás
Membro

Nota ou Grau

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Barbosa Macêdo
Universidade Católica de Goiás
Membro

Nota ou Grau

Goiânia
Outubro, 2007

Dedicatória

De maneira muito especial, dedico este trabalho

Ao grande amor conquistado nesta minha vida de presentes maravilhosos... Ana Carolina Nogueira...

Ao nobre e genuíno fruto deste amor, Vítor Nogueira...

A quem sempre me conduziu na busca por glórias dotadas do mais absoluto respeito e dignidade... Marta Caçado...

Agradecimentos

Quão magnífica é a possibilidade que tenho ao esticar as mãos e mui carinhosamente abraçar a todos os que fizeram e fazem de mim um lutador... Recebam meu mais escolhido abraço...

Prof. Dr. Pedro Humberto Faria Campos, inigualável condutor de diálogos e sábio na arte de alimentar aprendizagens... Torço para que a vida me abasteça de forças e possibilidades para lhe conceder humildes, mas sinceras retribuições... Assim como já tenho dito em meio aos teus acolhedores abraços, obrigado por ABSOLUTAMENTE tudo...

Aos professores de minha banca de qualificação, **Prof^a. Dr^a. Ana Magnólia Mendes**, **Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa** e **Prof^a. Dr^a. Kátia Barbosa Macêdo**, pela dedicação e comprometimento junto aos pequenos que desejam ser grandes como vós...

Às minhas irmãs, **Mônica e Marcela**, pelo interminável dividir de afetos, lutas, sentimentos, quartos, pratos, saltos e percalços...

Aos demais **Familiares**, promotores de minhas grandes felicidades e aspirações... Mais do que o sangue comum, sou-lhes grato pelo carinho incomum...

Aos inesquecíveis **Professores** deste programa, sabedores da distinta profissão de multiplicadores... Tanto sem medir forças quanto sem desejar nominá-los, estejam certos de que o carinho ora semeado foi suficiente para a eterna gratidão...

Aos meus carinhosos parceiros de **Grupo de Estudos**, pela cumplicidade na divisão de angústias e pelos braços dados quando dos levantamentos de nossos troféus...

Aos meus **alunos de Graduação**, fiéis depositários de minhas esperanças e carinhos... Por tudo o que representam para mim, pela responsabilidade que dedicam a mim, pelo sorriso que emprestam a mim, pela partilha que sustentam em nós...

Resumo

A classe empresarial brasileira assume importância histórica no desenvolvimento econômico e social brasileiro, pelo seu papel transformador de contextos a partir da constituição de empresas, bem como pela geração de emprego e renda. Em meio ao turbilhão de mudanças radicais ocasionadas pela globalização, os empresários têm sido cada vez mais chamados a participar dos processos de democratização social, de modo a potencializar o exercício da cidadania com vistas a promover a diminuição da pobreza, desigualdades e exclusões sociais. O presente estudo teve como objetivo conhecer a representação social do empresário goiano no cenário da globalização, buscando identificar a importância concedida a itens de desenvolvimento social que amparam as políticas de responsabilidade social corporativa. A partir da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978), foram aplicados instrumentos de análise junto a 103 (cento e três) empresários da cidade de Goiânia e circunvizinhos, extraídos de uma amostra ocasional da base representativa da economia goiana (empresas de pequeno e médio porte). Os resultados nos permitem inferir que a classe empresarial apresentou-se muito mais próxima dos ideais de lucro e rentabilidade que marcam sua gestão econômica do que propriamente um avanço no que compete às políticas de responsabilidade social corporativa, que apenas margeiam o ambiente periférico do conteúdo representacional do empresário.

Palavras-chave: responsabilidade social corporativa, empresário, representação social.

Abstract

The Brazilian business class assumes historical importance in the Brazilian economic and social development, for its transforming role of contexts from the constitution of companies, as well as the generation of employment and income. In the midst of the whirlwind of radical changes brought about by globalization, entrepreneurs have been increasingly called upon to participate in social democratization processes, in order to enhance the exercise of citizenship with a view to reducing poverty, inequalities and social exclusion. The present study had as objective to know the social representation of the businessman in the scenario of globalization, seeking to identify the importance granted to social development items that support the policies of corporate social responsibility. From the Theory of Social Representations (Moscovici, 1978), instruments of analysis were applied to 103 (one hundred and three) businessmen from the city of Goiânia and surrounding areas, extracted from an occasional sample of the representative base of the Goiás economy (small and midsize). The results allow us to infer that the business class has been much closer to the ideals of profit and profitability that mark its economic management than an advance in corporate social responsibility policies, which only marginalize the peripheral environment of representational content of the entrepreneur.

Keywords: corporate social responsibility, entrepreneur, social representation.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano – Goiás/Brasil (%) – Seplan 2005	54
Tabela 2 – Estrutura do PIB Goiano por Setor (%) – Seplan 2006.....	54
Tabela 3 – Empregos Formais por Setor de Atividade Econômica – Seplan 2005	57
Tabela 4 – Flutuação do Nível de Emprego Formal – Seplan 2005	57
Tabela 5 – Salário Médio de Empregados Admitidos no Emprego Formal (em R\$) – Seplan 2005	58
Tabela 6 – Classificação do Porte da Empresa Segundo o Número de Funcionários – Sebrae 1999	78
Tabela 7 – Percentual de Sujeitos por Sexo.....	79
Tabela 8 – Percentual de Sujeitos por Grau de Instrução	79
Tabela 9 – Percentual de Sujeitos por Categoria Profissional	80
Tabela 10 – Percentual de Sujeitos por Área de Atuação da Empresa	80
Tabela 11 – Percentual de Sujeitos por Porte da Empresa.....	81
Tabela 12 – Média e Porcentagens – Questão 4	93

Lista de Quadros

Quadro 1 – Resultados de Evocações – Definição de Empresário	86
Quadro 2 – Resultados de Evocações – Finalidades da Empresa (1).....	89
Quadro 3 – Resultados de Evocações – Finalidades da Empresa (2).....	92

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Árvore Máxima – Representação Social do Empresário	86
Gráfico 2 – Árvore Máxima – Representação Social da Empresa.....	86
Gráfico 3 – Árvore Máxima – Eleição de Categorias – Questão 4	86

Sumário

Folha de Avaliação	i
Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Lista de Tabelas	vi
Lista de Quadros	vii
Lista de Gráficos	viii
Sumário	ix
Introdução	01
Capítulo 1 - O Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil e no Mundo	6
1.1. Breve Relato da História Econômica do Brasil.....	6
1.2. Economia Brasileira em Tempos de Globalização	21
1.2.1. Os Processos de Globalização	21
1.2.2. O Desenvolvimento Econômico/Social Brasileiro em Tempos de Globalização	28
1.3. O Papel do Empresário Enquanto Agente de Desenvolvimento.....	30
1.3.1. O Empresariado no Brasil.....	37
1.4. Empresariado e Responsabilidade Social Corporativa.....	42
1.5. O Desenvolvimento Econômico e Social em Goiás.....	50
Capítulo 2 – O Estudo das Representações Sociais	61
2.1. Moscovici e a Formulação de uma Teoria	61
2.2. Representação Social – A Formulação de um Conceito	66
2.3. Formação e Estrutura das Representações Sociais.....	68
2.4. Representações Sociais e a Prática Profissional do Empresário	73
Capítulo 3 – Representação Social do Empresário – Um Estudo Empírico	76
3.1. Sujeitos.....	79
3.2. Instrumentos.....	82

Capítulo 4 – Resultados	85
4.1. Resultados Encontrados na Questão 1 – Empresário	85
4.2. Resultados Encontrados na Questão 2 – Finalidade da Empresa	88
4.3. Resultados Encontrados na Questão 3 – Finalidade da Empresa Pelos Empresários .	92
4.4. Resultados da Questão 4 – Desenvolvimento Econômico e Social	93
Discussão	97
Considerações Finais	103
Referências Bibliográficas	106
Anexos	114

Introdução

Vivemos um momento histórico que se caracteriza por transformações nas ordens econômicas e sociais. Nas últimas décadas, grandes movimentos de caráter cultural, tecnológico e organizacional, provocaram a aceleração dos processos de internacionalização do capital. A tal fenômeno atribui-se a designação de globalização, amplamente discutida e fortemente estudada por profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

Sob a esteira dos avanços potencializados pela globalização, há incrementos substanciais junto à esfera econômica, elevando ritmo e qualidade de produção para níveis até então inatingíveis. Sob esta ordem, nota-se aumentos significativos nas balanças comerciais internacionais, resultantes de aportes de transações comerciais e financeiras, o que reflete uma repaginação das políticas econômicas vigentes na esfera global.

No entanto, não é difícil perceber que as políticas de fortalecimento da coesão global transmitem um diálogo de cunho fortemente econômico e financeiro, baseado nas regulamentações do regime neoliberal, conduzindo os países às pressões da ordem internacional que têm como relevo a forte adesão à produtividade imediata com conseqüente lucro, relegando a soberania nacional – marca necessária do tão questionado e evasivo Estado livre – aos ditames dos grandes centros empresariais.

O Estado-Nação, necessário indutor de desenvolvimento econômico e social, com poderes atribuídos a partir dos ideais do neoliberalismo, tem se sucumbido diante das pressões de agentes externos que regulamentam o novo cenário mundial.

Tanto por esta razão, questiona-se a função da globalização enquanto agente do processo de desenvolvimento social, uma vez que renega as diferenças culturais em

face ao seu discurso fortemente homogeneizador, além de produzir padrões de consumo que atendem – quase que exclusivamente – aos detentores de capital, produzindo efeitos que dão continuidade ao sempre ofensivo processo de exclusão social.

Com efeito, podemos considerar que o desenvolvimento social em tempos de globalização assume o papel de ordem secundária, em razão dos processos de abertura de mercado e livre comércio que dão segurança apenas a instâncias mercadológicas que – nem de perto – atingem satisfatoriamente os modelos de igualdade e institucionalização dos Direitos Universais de Cidadania. As políticas sociais são periféricas, visto que assumem modelos muito mais assistencialistas e setorizados.

As políticas neoliberais dão origem a uma reforma de estado que culmina com sua destituição de toda e qualquer função empresarial, concedendo à sociedade civil a liberalidade para promoção sustentável de desenvolvimento econômico e social.

Os empresários – historicamente definidos como representantes oligárquicos detentores de poder econômico para angariar fundos e produzir e comercializar bens de consumo com vistas a receber o lucro pelo trabalho realizado – têm sido convocados a participar – neste cenário de emergência global – de um processo de democratização nas novas ordens sociais mundiais, como conseqüência da extirpação do estado enquanto único dinamizador de crescimento de uma sociedade.

Sob esta ótica, os países desenvolvidos têm oferecido ao longo da evolução de seus regimes econômicos – ora com êxito, ora com calamitosas reformas pouco inovadoras em sistemas capitalistas – tentativas de soluções para efetiva participação da classe empresarial nas políticas econômicas e sociais via ações mais transparentes de seus negócios, com vistas a potencializar o exercício de cidadania de modo democrático e participativo. A tendência neoliberal em repressão aos interesses do

Governo de garantia de direitos e deveres sustenta a inclusão de novas formas de diminuição da pobreza, desigualdades, exclusões sociais.

Largamente difundidos na Europa e na América do Norte, os estudos de Responsabilidade Social Empresarial (Grajew, 2000; Kanitz, 2000; Fróes e Melo Neto, 1999; Rizzi, 1999, Wood Jr. e Caldas, 1999) reforçam a tese de que os ganhos assumidos pela empresa devem estabelecer linearidade junto aos empregados que nela atuam, assim como junto à comunidade, ao governo, ao meio ambiente, além de todos os demais envolvidos na vida útil de uma organização.

Portanto, para além dos avanços econômicos a que uma empresa está obrigatoriamente interessada, sob a égide do lucro e rentabilidade presumida, há que se considerar – neste “novo” invólucro econômico mundial – que uma empresa não pode ser um fim em si mesmo, o que requer ação social via responsabilidade econômica, legal, ética e filantrópica (Kanitz, 2000).

No entanto, cabe indagar: o empresário brasileiro – mais especificamente o empresário goiano – se percebe enquanto agente de desenvolvimento de uma sociedade? Indagado de outro modo: neste processo de lucro desenfreado a que estão dispostas as empresas, onde se encontra o empresário? Este importante agente de desenvolvimento tem clara percepção de seu papel enquanto agente de desenvolvimento social? Em um contraponto, em função dos apelos da sociedade e de novas entidades promotoras de igualdade social, qual tem sido a posição do empresariado em face aos anseios de melhoria e bem-estar social?

No sentido de conceder respostas às indagações apontadas, o presente trabalho norteia três momentos distintos. O primeiro capítulo pretende apresentar o desenvolvimento econômico e social brasileiro em sintonia com os processos de desenvolvimento mundial. Caminhando por um breve relato da histórica econômica do

Brasil, passando pelos processos atuais de globalização e culminando com as renovadas esperanças de promoção de igualdade social, tal capítulo não objetiva postular tratados econômicos e sociais, mas sim aproximar o leitor com a evolução histórica nacional, reforçando o papel do empresário enquanto agente deste processo em face ao obscurantismo que se perpetuou no Estado desde a sua liquidação para os grandes detentores de capital.

Ainda assim, será apresentado o panorama sócio-econômico goiano, cenário deste trabalho. As indagações dirão respeito às prioridades do empresário goiano, refletindo a percepção do seu papel enquanto agente de desenvolvimento social via perpetuação de práticas de responsabilidade social corporativa.

O segundo capítulo apresenta a Teoria das Representações Sociais, proposta por Serge Moscovici (1978), que servirá de base para as respostas aqui buscadas. As representações podem ser compreendidas como formas de conhecimento prático, mediadas pro processos de comunicação que orientam a construção de significados os quais, por sua vez, regulam a ação dos grupos na realidade social. A representação social do empresário pretenderá – a seu tempo – produzir respostas ao papel significativo do empresário por sua própria análise, além do fato de permitir verificar se a percepção do empresário traz sintonia e similaridade com os ideais de responsabilidade social corporativa.

Enquanto referencial teórico para amparar o estudo empírico proposto no capítulo três, será apresentada a Teoria do Núcleo Central, proposta por Abric (1976, 1987, 2000), que tem como finalidade a estruturação de um conjunto de informações, crenças e opiniões a partir de um núcleo central. A análise e o conhecimento do núcleo central de uma representação social permitirão conhecer os elementos que estruturam

tal representação, permitindo respostas sobre a forma de pensar e agir do empresariado local.

Para tanto, serão apresentados os processos de análise escolhidos na estruturação de respostas do instrumento criado e aplicado em 103 (centro e três empresários), quais sejam análise de evocações (associação livre a partir de uma palavra indutora) e análise de similitude (geração de categorias de respostas e seus entroncamentos via representação gráfica) e as conseqüentes respostas, obtidas com auxílio de softwares específicos (Evoc 2003 e Simi 2003).

Ao final, será apresentada a discussão acerca dos resultados expressos, de modo a buscar compreender o ambiente representacional dos empresários goianos com as atuais políticas de promoção e sustentação de direitos à sociedade. O conteúdo revelador das representações sociais – em um conturbado cenário de transcendência econômica – apontará o norte de anseios e objetivos deste importante agente de desenvolvimento econômico e social.

Capítulo 1 – O Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil e no Mundo

1.1. Breve Relato da História Econômica do Brasil

A tentativa de compreensão acerca do papel do empresário brasileiro enquanto agente de desenvolvimento econômico e social, assim como o desejo de estudos sobre os aspectos que permeiam a atuação desta classe profissional necessitam – notadamente – de um aprofundado conhecimento acerca de sua origem, assim como a compreensão da conjuntura econômica de diferentes períodos no cenário nacional e mundial.

De acordo com Furtado (1999), a fase inicial da história da economia brasileira antecede a colonização portuguesa, quando as primeiras transações comerciais foram realizadas, a partir do ouro, tecidos, lenços, goma-arábica e outros produtos, além do interesse comercial de alguns países pelo pau-brasil (Espanha e França).

Em função da colonização portuguesa, a economia brasileira sempre respondeu aos ciclos de exportação. De acordo com Furtado (1999), os ciclos econômicos brasileiros (ciclo do açúcar, ciclo da mineração, ciclo do café) são muito representativos da história econômica nacional, quando se inserem nos marcos históricos os indivíduos e os conseqüentes processos de desenvolvimento brasileiro. Ocorre que – em se tratando de exportação, percebe-se que nasceram das relações comerciais com o continente europeu o substrato da mais completa dominação a que o Brasil sempre fora submetido, uma vez que os desejos europeus junto às terras brasileiras se limitavam à exploração, sem o desejo de promoção do avanço social na

região, seja pelo aumento populacional, seja pela exploração de terras para subsistência, ou ainda pela consolidação de uma cultura marcadamente brasileira.

A primeira fase do desenvolvimento econômico nacional foi marcada, segundo Furtado (1999) pela integração do indígena. Sua participação com o branco europeu colonizador e o negro africano revelam uma importância fundamental para o processo evolutivo da economia brasileira, principalmente na cultura do algodão, na economia extrativista, na implantação da construção naval, na economia pecuária, na economia mineradora e na economia artesanal. No entanto, a concentração do poder dos europeus no que concerne à comercialização dos resultados da produção em terra nacional dizima qualquer envolvimento que tenha se traduzido como benéfico aos habitantes de nosso país.

Certamente, a relação dominador-dominado que se sustenta neste período histórico fez revelar – como nos tempos atuais – uma total dependência aos regimes de monopólio internacional, elevando resultados comerciais e legitimando desigualdades raciais, em função do fato de que negros e índios foram submetidos a violências de ordem cultural e física, ceifando terras dos indígenas e transferindo a qualquer baixo custo o negro africano para o território brasileiro.

De acordo com Furtado (1975), a base da colonização portuguesa foi o açúcar, dada a experiência com plantio em ilhas do Atlântico. Em função do modo de produção da cana-de-açúcar, surgiram oportunidades de exploração da pecuária, gerando a mais significativa atividade econômica no país decorrente da produção açucareira. Ocorre que, pela natureza do trabalho eminentemente físico para a criação de gado, houve a legitimação da escravidão indígena marcando os processos de dominação que se sucederam com a chegada do negro africano, em resposta ao considerado desempenho precário do indígena nos processos produtivos.

Os séculos de domínio português fortaleceram os ideais de economia com base no colonialismo. Após os idos de 1640, Brum (1999) aponta que passaram a prevalecer os regimes de monopólio e as restrições originárias da política espanhola, ampliando ao máximo a exploração, com vistas a canalizar para toda a metrópole o produto das atividades econômicas. Notadamente, o poderio português junto à colônia brasileira fez desenvolver a idéia de que a colônia servia apenas para atender aos anseios de crescimento da metrópole.

Prado Júnior (1974) define o século XVIII como um importante ponto de mutação da economia nacional, a partir do declínio do ciclo da mineração, quando prosperaram atividades produtivas de algodão, açúcar, pecuária, o que elevou os níveis econômicos brasileiros, apesar do contraste com a renda per capita, dado o aumento substancial da taxa de crescimento da população. Importante ressaltar que este nominado ponto de mutação converge com a decadência econômica portuguesa, refletindo um novo agente de dominação ao território brasileiro, constituindo a Inglaterra como intermediária das relações metrópole-colônia. Tal crise fez refletir o término do monopólio português, dado o interesse do latifundiário brasileiro e da classe burguesa inglesa em fazer estabelecer os ideais do capitalismo liberal.

De acordo com Mesgravis (1994), o colonialismo mercantilista e monopolista sucumbiu às novas exigências do mercado internacional, cada vez mais interessado expansão de mercados, em clara oposição aos mercados fechados dos regimes coloniais. Em certa medida, o Brasil deixou de ser dominado apenas por Portugal para subjugar-se ao Velho Mundo.

Mesgravis (1994) aponta para o fato de que a tentativa de libertação do domínio português deu origem aos ciclos de rebeliões que – embora setorizadas – deram claras mostras do desejo de libertação de domínios para a consolidação da

República brasileira. Ainda que motivadas pelas influências do processo de independência dos Estados Unidos, além da vertente burguesa elitista francesa, as manobras realizadas pelos movimentos inconfidentes no Brasil trouxeram significativas contribuições no campo da indústria, educação, ordem financeira nacional; de outro modo, consolidou-se o regime de franca expansão do sistema de produção capitalista, quando os princípios mercantis de compra e venda não se mostravam mais suficientes para atendimento à demanda.

Para Soboul (2003), sobre esta emergência burguesa capitalista é notório considerar que a ordem libertária dos regimes de revolução no Brasil estabeleceu uma íntima sintonia com a Era das Revoluções Burguesas do século XVII, em obediência ao acelerado desenvolvimento do capitalismo e, mais especificamente, o capitalismo industrial. Em um passo adiante, o efeito emblemático da Revolução Industrial no século XVIII alinhava satisfatoriamente os ideais de produção e lucro como vorazes efeitos do ideário capitalista.

Como se sabe, o capitalismo é um sistema de acumulação e expansão de capital via relações assalariadas de produção, caracterizado por trocas monetárias, produção e abastecimento de mercado, acúmulo de capital e espírito de lucro, onde se estabelecem distintos atores sociais, isto é, possuidores de meios de produção e trabalhadores. Assume-se, como consequência desta discriminatória cisão de classes, o que Couri (2001) denomina como “conflitos de poder”, visto que o fenômeno de capital gera novas condições de escravidão, haja vista as relações contratuais de trabalho, onde uma vontade se impõe perante a vontade dos demais, gerando o novo rótulo da subserviência aos mais poderosos. Dito de outro modo, o capitalismo sugere a exploração do homem pelo homem capitalizado.

O capitalismo, ao pregar a não-intervenção do Estado na economia e implantar a livre concorrência, elevou as virtudes do livre mercado ao grau absoluto. E, com isso, estabeleceu na economia, e também na sociedade, a lei do mais forte. (...) Os aspectos de justiça social acabam sendo sacrificados em nome da eficiência produtiva e da eficácia do lucro. Levam vantagem os que produzem mais e melhor a menores custos; os outros são eliminados do processo. A obsessão pelo lucro máximo provoca a concentração de propriedade, da riqueza e da renda. Deixando livremente aberto o caminho, instala-se a exploração dos trabalhadores, para reduzir custos e triunfar na concorrência (Brum, 1999, p. 32).

Instaurado o princípio capitalista no mundo moderno, o Brasil passou a sofrer forte influência do liberalismo do início do Século XIX, em função da adesão de proprietários de terras e escravos, bem como de industriais interessados na economia de importação e exportação. Para Couri (2001, p. 21), o liberalismo correspondeu a uma “ética desenvolvida a partir da emergência da burguesia como classe ascendente” que buscava combater o absolutismo e as práticas feudais persistentes, ou seja, dizia respeito a um grupo em franca oposição ao sistema feudal com forte tendência a reorganização econômica, fazendo valer o potencial de mercado e o investimento em capital, com a intenção de buscar amparos para sua consolidação. Vale ressaltar que a busca pelos ideais de liberdade se sobrepunham ao interesse do Estado, tornando o burguês um enriquecedor com vistas ao crescimento sem regulação ou interferência de agentes de governo.

Para Carvalho (2003), o liberalismo – proposto por Locke e Hobbes no continente europeu – promoveu notáveis crescimentos sob forma de acúmulo de riquezas e desenvolvimento tecnológico, além de considerar princípios de direitos básicos concernentes à natureza do ser humano, tais como o direito à liberdade, à dignidade e à vida. Sob esta ordem, tanto na Europa Ocidental quanto no Brasil, políticas de autodeterminação foram apresentadas, tais como: igualdade perante a lei, direito à propriedade, direito a voto, soberania popular, etc.

Desta feita – ao que tudo indica – tais pensamentos fizeram da política liberal um modelo de renovada exclusão, tendo em vista o fato de que os ritos democráticos que solidificavam tal sistema condicionavam a idéia de que ao Estado cabia a aplicação de leis, manutenção da ordem interna e a segurança externa, garantia à liberdade de indivíduos, supondo direitos iguais a diferentes indivíduos (dadas as diferenças de classes sociais), pulverizando novos desequilíbrios sociais, além de permitir a livre ação dos capitalistas.

Já para Oliveira (2001, p. 114), no princípio liberal residia uma flagrante contradição no plano social, uma vez que “a concepção do direito natural (...) reconhece que todos os homens nascem com certos direitos inalienáveis, tais como direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade”; se assim o fosse, a aquisição de tais princípios determinaria o fim da escravidão e a divisão de propriedade no repaginado cenário brasileiro.

Em linhas gerais, o liberalismo econômico objetivava o crescimento e a livre iniciativa dos empreendedores, representantes de uma base de poder desinteressada das pressões do Estado, reforçando a tese da autonomia de comando sem subordinação aos interesses de um estado ou nação.

Na esteira do desenvolvimento mundial frente ao capitalismo industrial de base liberal, os impulsos siderúrgicos, os investimentos em produção agrícola fazem na historiografia brasileira um ponto divisor de desenvolvimento econômico e social. A economia brasileira permaneceu como constante reprodutora de ações emblemáticas para o crescimento e consolidação de uma classe burguesa predominante, detentora de capital suficiente para elevação de domínios e importação de máquinas e produtos para suprir demandas de crescimento nacional e internacional sem, contudo, adequar-se à realidade social de país crescente, com população ascendente e assistida nas questões mais básicas, como educação, trabalho, moradia.

Segundo Furtado (1975), a formação econômica nacional neste mesmo período se desenvolveu mais intensamente mantendo sua raiz agro-exportadora, mas com significativos avanços para os princípios industriais, com particularidades regionais (atividades extrativas na Amazônia; algodão, tabaco e cacau no Nordeste; cultura do café, agricultura de subsistência e produção industrial no Sudeste; rebanhos no Sul e Centro-Oeste).

Assim como já apontado, torna-se importante valorizar a influência do capitalismo industrial – nascido da Revolução Industrial inglesa do século XVIII como transição clássica entre feudalismo e capitalismo – enquanto marco das mudanças no sistema de geração de emprego e renda no Brasil, tendo em vista o fato de que tal revolução promoveu uma não gradual substituição do homem pela máquina no cerne do trabalho, potencializando o lucro e aumento a eficácia no que compete a qualidade de produtos.

Inegável considerar as contribuições tecnológicas que privilegiavam melhorias de produção (Brum, 1999), mas faz-se obrigatoriamente necessário

perceber que o desenvolvimento econômico a que se propunha tal regime passou a promover significativamente – tanto na Europa, quanto na América – um retrocesso social, na medida em que prosperou desemprego, diminuição de salários pela oferta excessiva de trabalhadores no mercado, mão-de-obra infantil, precárias condições de trabalho, incongruências nas legislações específicas para os regimes de trabalho, além de análises de ordem ambiental, quais sejam as poluições de rios causadas pelas máquinas a vapor.

Alheio a este embate social, o burguês nacional assumiu – em face ao regime liberal – o controle econômico e político, em oposição à aristocracia rural brasileira, perpetuando o sistema capitalista, mesmo que tardiamente, no Brasil, fortalecendo agrupamento e alianças entre proprietários contra classes menos favorecidas.

Sob dependência internacional, o século XIX re-afirmou o Brasil enquanto estrutura econômica permanentemente colonial e escravista, com sustentação na monocultura. Em âmbito internacional, a opressão do regime capitalista industrial favoreceu, segundo Lopes (citado por Furtado, 1999), o agravamento de tensões sociais, em resposta às brutais imposições do regime de trabalho de exploração, sem anuência de direitos. Tais abalos provocaram a emergência de regimes político-econômicos que tinham como ordem a defesa de uma ação prática direta em oposição ao capitalismo, até o fortalecimento do socialismo/comunismo.

Desde o movimento burguês que deu origem ao socialismo, assim como os movimentos operários que culminaram com o comunismo, os diálogos trouxeram sentido e efeito a um re-ordenamento social em combate às contradições do capitalismo, com vistas à eliminação de males sociais com forte tendência à diminuição da propriedade privada dos meios de produção, bem como o fim da exploração do homem pelo homem.

No Brasil, em específico, as idéias socialistas, segundo Brum (1999), exerceram forte influência social-democrata de combate ao poder oligárquico via atividades jornalísticas, além de avanços anarco-sindicais em defesa de das melhorias das condições de trabalho e vida das classes operárias.

Segundo Vasconcellos, Gremaud e Toledo Júnior (1999), o século XX fortaleceu o crescimento da economia brasileira, passando por uma “transformação estrutural, alterando substancialmente tanto sua base produtiva quanto as condições de vida da população” (p.18). O país – considerado agroexportador até a década de 30 – reverteu o modelo econômico em razão da industrialização, gerando novas fontes de desenvolvimento econômico, sem disseminar o crescimento social, mesmo com as pressões representativas das minorias socialistas.

Embora o início do século XX tenha se apresentado de fundamental importância para a evolução história brasileira, em especial atenção ao fim da escravidão no final do século anterior, torna-se notório considerar que os movimentos republicanos nacionais apontaram para o crescimento da classe burguesa.

Os avanços das lutas democráticas perpetuaram o desenvolvimento democrático burguês, haja vista a já apontada aliança entre detentores de posse com atuação direta nos mecanismos de governo. Conforme Oliveira (2001), as alianças de classes modelaram o caminho da transformação burguesa de sociedade, o que sucumbiu a massa populacional proletária ao obscurantismo, sem convincente apelo e participação popular.

Importante salientar que os idos de 1920 marcam a transferência dos centros de poder da Europa para os Estados Unidos, quando a Primeira Guerra Mundial fez legitimar a nação americana enquanto potência internacional. Segundo Brum (1999),

a soberania americana sobre o resto do mundo ofereceu ao Brasil “o trânsito da órbita da Inglaterra para a órbita dos Estados Unidos, estreitando progressivamente seus vínculos com os interesses do novo centro de poder mundial” (p. 171). Troca-se o proprietário, mantém-se a desafortunada dependência.

A partir de 1930, o cenário internacional entrou em fase de tensão, a partir da crise da bolsa americana em 1929. Conforme Furtado (1999), a crise econômica valorizou o nacionalismo, em oposição à promoção de desajustes internacionais com fortes efeitos junto aos países de menor expressão. Ao Brasil coube o saldo negativo na exportação de café ao continente americano, gerando uma crise sem precedentes na história desta semente nacional, produto de exportação que perdeu significativamente sua atração no mercado.

Por conseguinte, a vulnerabilidade agro-exportadora nacional deu vazão ao fortalecimento da indústria nacional, dominada pela burguesia nacional e destinada às já apontadas injustas formas de trabalho opressor e incapacitante.

De acordo com Furtado (1975), as classes dominantes e – em específico – as classes empresariais brasileiras adquiriram presença marcante na sociedade nacional. Os espaços políticos dos grandes empresários – representantes da classe burguesa – foram sendo ampliados até o limite da dominação enquanto classe hegemônica, frente à formação das classes médias e baixas.

O privilégio às altas camadas da população sob regimes de monopólio foi sendo notado à medida que se sobrepujavam os interesses urbanos em detrimento dos interesses do campo. As mudanças sociais notadas surgiam basicamente das reivindicações operárias e das lutas sociais, com interessante tentativa de emancipação feminina, em forte sintonia com o marxismo.

Com efeito, Brum (1999) afirma que os monopólios nacionais espalhados ao redor do mundo que deram origem à Segunda Guerra Mundial estabeleceram uma nova ordem mundial, criando um divisor de águas entre as democracias liberais da União Soviética e os regimes totalitários de característica expansionista do eixo Alemanha-Itália-Japão, cenário este que traz forte influência no desenho econômico-social da contemporaneidade, dado a ser tratado posteriormente neste trabalho, mas que revela importância significativa pelas relações mundializadas que se estabelecem e os seus efeitos no modo de gestão das empresas nacionais.

Sob este tópico, a Segunda Grande Guerra sustentou a consolidação do capitalismo monopolista multinacional, mediante a internacionalização do capital, sob liderança de corporações transnacionais. Para Furtado (1999), instaura-se o regime de “capital sem pátria”, em face às estruturas de poder capitalistas industrializadas.

A força desagregadora das duas grandes potências mundiais (Estados Unidos e União Soviética) promoveu articulação e subordinação dos países subdesenvolvidos, cada vez mais reféns do capitalismo especulativo internacional. Os possíveis avanços do sistema socialista no que compete à busca por direitos de igualdade e diminuição de injustiças sociais apontaram – nesta época – para um retrocesso, na medida em que suas fragilidades políticas de sustentação se mostraram inferiores ao capitalismo.

No Brasil, os governos de Vargas e Kubitschek refletiram – no período pós-guerra – um definitivo abandono às tendências do liberalismo econômico, segundo Freitas (1997). Como consequência, o autor indica um fortalecimento da nação brasileira às políticas de protecionismo às indústrias nacionais, expansão dos investimentos estatais no setor de infra-estrutura econômica, promoção de incentivos

fiscais e creditícios ao investimento privado na indústria e o crescimento da produção agrícola.

Seguramente, o industrial burguês buscou se garantir enquanto agente exportador, criando mecanismos de crédito via capital nacional, em forte tendência a criar leis de incentivo à produção, sem contudo correr o risco do prejuízo financeiro acentuado. Em certa medida, o cenário econômico nacional instruíu o médio/grande empresário a recorrer ao Governo para captação de recursos, o que sugeria calotes e renovação de dívidas. Conforme Freitas (1997), os empresários continuavam a preferir sacar do Governo do que aplicar recursos em investimentos produtivos, com maior fator de risco.

No cenário internacional, o período pós-guerra marcou substancialmente a promoção do chamado Estado de bem-estar social, com características de implementação e financiamento de planos de ação com o intuito de resgatar interesses sociais coletivos de uma sociedade, sob a égide da soberania e cidadania sociais.

O propósito do intitulado *welfare state*, de acordo com Beveridge (citado por Gomes, 2006, p. 24) implicava no combate aos cinco maiores males da sociedade, a saber: doença, miséria, escassez, ignorância e ociosidade. Para tal realização, o Estado se tornava o garantidor de assistência básica, desde a geração de emprego e renda, perpassando pela melhoria nas condições de higiene e saúde até o fortalecimento da educação.

Em território nacional, a figura do estado-empresário também teve curso e trajetória para o desenvolvimento da infra-estrutura econômica nacional, desenvolvendo o Estado brasileiro como patrocinador da expansão da atividade

econômica sem, contudo, prestigiar – de modo incisivo – a figura do Estado de Bem-Estar (Goldenstein, 1994).

O Brasil nunca se enquadrou – dados os interesses das classes dominantes ao longo da trajetória de avanços nacionais – como um estado provedor de saúde, educação, saneamento básico, além de outros indicadores de desenvolvimento social. A atuação nacional, segundo Goldenstein (1994), sempre priorizou a construção de estradas, adequação de sistemas de comunicação, estatização de empresas.

Em um instante transformador, é certo perceber que os avanços notáveis no que compete aos serviços sociais, desde a melhoria nos processos educativos da Alemanha, até mesmo as práticas assistencialistas de seguridade e aposentadoria dos Estados Unidos, bem como as promoções nacionais de melhoria de saúde do Estado-providência da França, como também a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) no Brasil – para citar alguns exemplos – representavam, segundo Offee (1989), o fortalecimento do Estado enquanto ator principal dos processos de democratização e melhoria nas condições de vida da população.

Para Cappi e Cappi (2003), o poder do Estado estava refletido no seu caráter “decisório na determinação de infra-estruturas básicas para o desenvolvimento do capital privado, na mediação das relações entre classes e capital, na intervenção direta como agentes de desenvolvimento” (p. 52).

Ocorre que – como se poderia esperar – nenhum Estado realiza as nobres causas de desenvolvimento social sem preço. Notório perceber que o Estado – pelo propósito original de promoção de bem-estar – buscou a olhos fechados uma crise sem precedentes, em face ao déficit público que se avizinhava.

Válido, portanto, considerar os apontamentos de Rosanvallon (1997), ao frisar que os esforços do Estado-Providência francês enquanto agente garantidor e

regulador de uma ordem social só poderiam levar a um desequilíbrio de financiamento ou repartição do financiamento, o que implicou em um problema conjuntural, na medida em que surgia o crescimento acelerado e desordenado da população.

Estruturalmente, em políticas desta natureza, é notório considerar que o caos se instaura e se revela nova forma de exclusão social, seja pelo crescimento do desemprego, pela falta de qualidade nos atendimentos hospitalares, pelo déficit financeiro gerado pela assistência securitária, etc.

Os mecanismos de produção da sociedade tornaram-se abstratos, formais, incompreensíveis. O desenvolvimento dos processos burocráticos, o peso crescente da regulamentação social se nutrem dessa abstração e a redobram, por sua vez. (...) O Estado-providência, como princípio de mediação entre o econômico e o social, acaba por operar de maneira muito distante. Sobreleva-se à sociedade cada vez mais. A distância que instaura entre o indivíduo e o social tornou-se grande demais (Rosanvallon, 1997, p. 90).

Sob este prisma, vale mencionar as reflexões pós-Segunda Guerra sobre a compreensão dos aspectos políticos, econômicos e sociais que margearam a reforma do Estado pela onda do *welfare state*. Navarro (1993) sugere que as políticas de regulação social existiram para fortalecer – tanto nos países desenvolvidos quanto nos países reprodutores de modelos de desenvolvimento – as estruturas de acumulação capitalista, reunindo novas formas de dominação das classes trabalhadoras e da sociedade como um todo. O regime liberal burguês retomava a

frente, sob o enfoque do assistencialismo, promovendo uma conquista de territórios por parte da classe dominante sob o amparo da falência estatal.

Tal ordem mundial promoveu o neoliberalismo, a partir das conveniências nada democráticas dos Estados Unidos em face aos anseios de geração de mercadoria do capitalismo volátil mundialmente. A onde neoliberal permitiu a mercantilização dos serviços essenciais (saúde, educação, moradia), em resposta à entrega da função social do estado às empresas detentoras de poder e capital nacional/mundial.

Conforme aponta Lacerda (2002), o neoliberalismo é uma prática político-econômica sustentada por economistas mundiais que defendiam a redução da ação do Estado na economia, em razão do desejo de liberdade de ação de empresas privadas, seja pela privatização de atividades econômicas anteriormente administradas pelo Estado ou ainda pela intermediação das relações patrão-empregado. Tal liberdade de mercado e ocultação do papel do Estado tendeu a promover – como se nota no cenário atual – a sobrevivência apenas de grandes empresas. Além disso, nota-se um importante quadro de desmoronamento social, na medida em que se fortalece a elevação nos níveis de desemprego e uma crônica e generalizada má distribuição de renda.

A abertura de mercado e a livre concorrência promovidas pela onda neoliberal significaram – no Brasil – a rebatizada perpetuação da acumulação de riquezas nas mãos das classes dominantes, em oposição à pobreza cada vez mais sentida e notada em nosso país.

Pelas crises históricas que se sucederam, o cenário que se descortina rompe o pragmatismo e nota-se um aumento considerável na responsabilidade do empresário, na medida em que o Estado deixa de existir enquanto função empresarial.

Cabe identificar se este novo-antigo agente de desenvolvimento se consolida enquanto elite funcional ou disfuncional, ou seja, elites focadas no desenvolvimento de uma sociedade ou apenas meras beneficiárias do capital para salvaguardar interesses próprios em detrimento do sustento social (Jaguaribe, 1975). Em tese, o histórico dominador se assenta – por conveniência ou compromisso – no trono do destino do desenvolvimento econômico e social de uma nação.

1.2. Economia Brasileira em Tempos de Globalização

1.2.1. Os processos de Globalização

Faz-se mister perceber que – nas últimas décadas – grandes transformações de caráter econômico, tecnológico e organizacional, provocaram a aceleração dos processos de internacionalização e globalização mundial, segundo Hirst e Thompson (1998). A forte tendência neoliberal – fruto das relações hegemônicas norte-americanas com os demais países do mundo – sedimenta o consumismo e expande as relações comerciais para um nível nunca antes visto. A tal fenômeno atribui-se a designação de globalização, amplamente discutida e fortemente estudada por profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

Fendt (2005) argumenta que o processo de globalização se dá mediante a compreensão de cinco conceituações-chave, a saber: internacionalização de economias nacionais, em função dos mercados entre países; liberalização comercial e financeira, com forte tendência à livre movimentação de bens, capitais e serviços entre países; padronização cultural, uma vez que sustenta a ruptura da exclusividade

dos valores culturais nacionais; modernização, haja vista a tendência a considerar o fenômeno como inédito e atual; supraterritorialidade, ou seja, uma mudança na natureza do espaço social. Reforça, por estas conceituações, seu caráter político voltado para o mercado, seja pela instância financeira, seja pela égide comercial.

Conforme Lacerda (2002), o processo de globalização é um “fenômeno complexo que assume características distintas nas diferentes esferas das relações econômicas internacionais – produtiva-real, monetária-financeira, comercial e tecnológica” (p. 18). Este novo processo, segundo o autor, intensifica a concorrência econômica em escala mundial, a partir da expansão progressiva do mercado frente ao capitalismo.

De acordo com Santos (2002), as políticas de formação de mercados internacionais passam a convergir com novas orientações e exigências a partir da globalização, a saber:

As economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; o sector empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; a mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima; dever reduzir-se o peso das políticas sociais no

orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela actuação do mercado (Santos, 2002, pp. 29-30).

Assim como a história sempre respondeu prontamente a novos fenômenos em escala global, a globalização também não pode ser entendida como inédita ou genuinamente nascida nas últimas décadas, principalmente pelo seu caráter regulador e opressor ao Estado e às populações dos países marginalizados em geral. De acordo com Fendt (2005), nota-se o avanço de políticas sociais desiguais desde outrora, quando se focaliza o ideal de democratização da ordem mundial apenas como pano de fundo para a emergência de novos ricos e a manutenção de velhos pobres.

Para Hofmeister (2005), a globalização é um fenômeno que se descreve e se caracteriza pela divisão internacional do trabalho, a partir da formação de mercados internacionais com atratividade de produtos, capitais e serviços. Por esta razão, representa oportunidades e riscos. As oportunidades se cristalizam nas possibilidades crescentes de investimento externo para os países em desenvolvimento, ampliando capacidades produtivas. Em exato oposto, gera mobilidade de mão-de-obra qualificada e possibilidade de efetivação de crises financeiras a curto e médio prazos.

Conforme preceitua Santos (2002), o conceito de globalização é derivado de uma esfera econômica que tem sua origem nos ordenamentos do comércio mundial que se iniciou no século XVI. Talvez por esse motivo, há uma tendência a considerar o fenômeno como preponderantemente econômico; desta feita, o olhar sobre os processos de mundialização de capital tendem a responder com desamparo às

políticas de sustentabilidade social, seja pela via das condições básicas (alimentação, higiene, lazer, moradia, estudo) ao indivíduo, seja pelo norte das melhorias ambientais. Para Vasconcellos, Gremaud e Toledo Júnior (1999), as principais características deste fenômeno transnacional envolvem o notável crescimento do progresso tecnológico, alterações nos padrões de comércio, mudanças nas estruturas organizacionais, elevação dos riscos de investimento e, fundamentalmente, a obrigatoriedade do preparo da classe empresarial para lidar com as transformações imediatas que emergem no cotidiano das relações econômicas.

Ao que tudo indica – por uma questão de força e sustentação financeira-, o olhar histórico de desrespeito às minorias segue seu novo curso e formato, haja vista a forte tendência de dominação mundial. Na esteira do desenvolvimento globalizado, Ramonet (1998) sugere que a máquina econômica fabricará um número cada vez maior de marginais, colocando em questão a finalidade das sociedades liberais.

Em oposição ao pensamento homogeneizador e promotor de interdependência entre os povos promovidos pelos idealistas da globalização, Santos (2002) chama atenção para os cenários de emergência e reemergência dos riscos sociais, haja vista a evidente concentração de rendas a que se supõe a globalização, em discordância com a distribuição de renda equitativa, o que já tem permitido perceber o crescimento dos níveis de pobreza em escala global. Além disso, nota-se considerável aumento nos números do desemprego dado o enxugamento dos postos de trabalho, assim como o aumento do trabalho informal, a desaceleração do crescimento econômico e o aumento da dívida pública.

No que tange ao desemprego, torna-se notório considerar que o avanço de novas tecnologias, bem como a transnacionalização de capital, passa a criar – no

cenário mundial – o paradoxo das economias sem emprego, o que culmina com a ocupação cada vez menor dos regimes de trabalho com formalização de contratos que asseguram estabilidade no cargo, sob tempo integral, geração de salários com garantia de remuneração mínima e legitimidade de direitos sociais prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.).

Conforme preconiza Antunes (2003), os re-ordenamentos do trabalho tendo como causa a globalização sugerem duas vias de pensamento: a primeira, que se origina na idéia do fim do trabalho formal citado acima, em face ao enxugamento das unidades produtivas de trabalho pela crescente movimentação tecnológica; a segunda via, tanto mais aguda e incômoda, valoriza os regimes crescentes de intensificação do trabalho, dada a necessidade de produção constante, o que indica ritmos de produção para além das possibilidades do trabalhador, mas razoavelmente aceitas pelo mesmo, haja vista o receio da alimentação das filas de desemprego.

Com efeito, nota-se que as políticas sociais de desprestígio ao trabalho vão de encontro às transformações econômicas que sustentam as contradições básicas constitutivas da sociedade capitalista em uma esfera globalizada.

Para Marques (1997), há um total contra-senso na lógica do capitalismo em aproximação com o trabalho atual, pois o detentor de capital produtivo supõe – sempre que possível – que a balança social de empregos é alimentada por ele, em razão da necessária geração de emprego e renda. Por esta ordem, podemos julgar que os trabalhos são – mesmo que tendencialmente flutuantes – regularmente oferecidos; cabe verificar a qualidade do trabalho ofertado, seja pelas condições estruturais, seja pelas vertentes psicológicas de saúde mental no trabalho. Salvo engano, o empresário glorifica o aumento no número de empregos gerados, mas não salienta o

interesse para com a qualificação, a participação e o desenvolvimento do trabalhador.

Em face à segmentada gestação do desenvolvimento econômico brasileiro, desde a sua origem até o desenfreado crescimento transnacional das últimas décadas, percebe-se claramente a necessidade de revitalização dos papéis dos agentes sociais (políticos, classes dominantes, etc.), com vistas a garantir a coesão necessária entre economia e sociedade. Assim, como aponta Furtado (citado por Biderman, Cozac & Rego, 1996),

o crescimento econômico pode ocorrer espontaneamente pela interação das forças de mercado, mas o desenvolvimento social é fruto de uma ação política deliberada. Se as forças sociais dominantes são incapazes de promover essa política, o desenvolvimento se inviabiliza ou assume forças bastardas (p. 64).

No que tange ao estudo das representações sociais sob a ordem econômica, política, social e cultura da globalização, podemos conceber a idéia de que “se criam novos desafios e perspectivas para a interpretação do presente, como se descortinam outras possibilidades de interpretar o passado” (Ianni, 1998, p. 39). Desta feita, torna-se possível repensar práticas profissionais no sentido de alterar e/ou conhecer os papéis sociais impregnados nos trabalhadores face à nova realidade do cenário mundial.

A globalização, notadamente a partir da década de 80 (Sene, 2003), cobrou uma maior preparação por parte da classe empresarial sob uma ordem meramente econômica, no sentido de atribuir uma ação mais efetiva em razão dos novos

desafios econômico-financeiros, devido à tendência de homogeneização das demandas e dos hábitos de consumo da população mundial. Por esta razão, devemos considerar o fenômeno da globalização como elemento necessário ao estudo do empresário brasileiro, em razão das novas atribuições, atitudes e comportamentos necessários para o enfrentamento junto a esta nova ordem mundial.

1.2.2. O Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiro em Tempos de Globalização

A re-estruturação produtiva que marcou a economia mundial das últimas décadas sedimenta uma considerável transformação em países em desenvolvimento, como por exemplo o Brasil e demais países da América Latina.

No que concerne ao Brasil – em específico – Lacerda (2002) aponta para o fato de que no país – assim como apontado anteriormente – o governo vem dando vazão ao desenvolvimento econômico, adotando fortes esquemas de promoção de exportações, com vistas a garantir *superávits* na balança comercial, bem como a redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, a re-estruturação competitiva da indústria via infra-estrutura tecnológica, inserção no mercado externo e capacitação tecnológica da empresa nacional.

De acordo com Fendt (2005), as ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tiveram forte influência no crescimento econômico nacional, em face ao foco tri-direcional de investimentos brasileiros, a citar: modernização da infra-estrutura produtiva nacional; ampliação da capacidade produtiva através de expansões em setores de consumo e insumos básicos; e, por fim, investimentos nos setores de energia elétrica, transporte e portos.

Ocorre que – conjunturalmente – o Brasil não realizou uma adaptação macroeconômica que propiciasse ao produtor nacional um ambiente equivalente ou minimamente competitivo aos concorrentes internacionais.

De acordo com Vieira (2004), fatores como juros, estrutura tributária, infraestrutura e burocracia estão muito aquém do que se exigiria para propiciar a base da competitividade do empresário brasileiro. Tal disparidade acentua a comercialização da nação aos interesses das grandes corporações mundiais, elevando contradições sociais em detrimento do lucro desmedido que se supõe buscar em terras brasileiras.

Desta feita, as políticas de abertura de mercado e aumento da capacidade produtiva no Brasil promoveram sérias desregulações econômicas e sociais ao longo dos últimos anos. Para Albuquerque (1999), a privatização promovida pelo Estado, concedendo o controle de todo o capital estatal à iniciativa privada nacional ou internacional, baniu do Estado toda e qualquer funcionalidade assistencial à nação, na medida em que são deixadas de lado políticas públicas passíveis de desenvolvimento, tais como infra-estrutura econômica (energia, transportes, comunicações), melhoria dos sistemas de saúde, qualificação e aperfeiçoamento da ciência e tecnologia, estabilidade política e avanço da democracia. A destinação do controle do desenvolvimento às empresas privadas faz consubstanciar novas emersões de lucro às grandes redes transnacionais, em detrimento do zelo e da prosperidade que alimentam as agendas globalizantes mais utópicas.

No que tange ao emprego direto, o Brasil alimenta números bastante preocupantes, haja vista a incorporação da tecnologia e os re-arranjos dos processos de gestão empresarial que ceifaram do mercado as oportunidades de trabalho sob regimes regulares.

Por esta razão, uma tendência significativa no Brasil – no que compete aos ajustes de trabalho – tem sido a terceirização de serviços – processo pelo qual as empresas passam a adquirir serviços completos ou parte de serviços anteriormente supridos internamente – com vistas a reduzir gastos e promover elevação de oportunidades de trabalho.

Ocorre que, segundo Lacerda (2001), tal panorama tem levado o trabalho a condições mais precárias, não apenas porque os salários pagos tendem a ser menores, mas principalmente pelo relativo desejo de fuga das empresas tomadoras de serviços terceirizados em relação a direitos trabalhistas e obrigações previdenciárias. Notadamente, os nominados ajustes sugerem muito mais uma diversificação de estratégias fúteis do que verdadeiros avanços à nação.

1.3. O Papel do Empresário Enquanto Agente de Desenvolvimento

Os estudos acerca do papel do empresário nas sociedades em geral se expressam sob forma de análises sócio-econômicas, o que aproxima – ao menos em tese – a identificação do empresário como sujeito ativo na produção de riquezas a uma sociedade, tendo em vista o fato de que o negócio ao qual este ator social está inserido representa – ao menos na intenção – uma forma organizada de geração de emprego e renda, o que direciona o pensamento acerca do qual o empresário se expressa no contexto social como um contribuinte na constituição de empresas, assim como um agente de melhoria na condição de vida das pessoas, promovendo uma espécie de bem-estar econômico.

Para Mises (1966), a palavra empresário significa “homem de ação na perspectiva das mudanças que ocorrem nos dados do mercado” (p. 254). O mesmo

autor enraíza a idéia de que existe um elemento empresarial em qualquer ação dos indivíduos, desde o simples ato de gerenciar pessoas e coisas até as mais profundas necessidades de adaptações à sociedade e às regras com as quais convive.

De outro modo, Schultz (citado por Pereira, 2001) define o empresário como o indivíduo que apresenta uma considerável capacidade para lidar com desequilíbrios, não apenas aceitando-os, mas, fundamentalmente, percebendo e reagindo aos desequilíbrios de modo a gerar inovações para assimilação e sobrevivência. Cabe indagar – no entanto – se as capacidades dos empresários se limitam apenas aos seus interesses próprios e particulares de geração de riquezas, em face ao desprestígio quanto às políticas sociais que sustentam – ou ao menos deveriam sustentar – desde a perda da função social do Estado.

No tocante à origem do termo, Pereira (2001) aponta para o fato de que o estudo acerca do empresário encontra-se inevitavelmente enraizado nos postulados da economia, em face à congruência entre aspectos econômicos e seus conseqüentes agentes.

De acordo com Pereira (2001), o termo empresário tem origem na palavra *entrepreneur*, sentido dado no Século XVI a todos os indivíduos que geriam os militares franceses, assim como a todos aqueles que organizavam grandes expedições.

Para o autor, tais indivíduos foram os primeiros incentivadores do mercado sob os prismas sociais e econômicos, tendo em vista a necessidade de fabricação de produtos para consumo em expedições, o que – marcadamente – dá origem e sentido às posteriores trocas e comercializações em outras esferas sociais.

Estabelecendo uma íntima relação entre empresário e empreendedorismo, Say e Cantillon (citados por Agostini, Angonese & Bogoni, 2004) foram os

primeiros a escrever sobre o tema, enfatizando a idéia de que o empresário exerce “as funções de reunir diferentes fatores de produção, de gestão e a capacidade de assumir riscos” (p. 93).

Para os autores, o empresário se define como alguém que assume riscos no processo de aquisição de serviços com a finalidade de revenda para obtenção de lucros. Sob o enfoque da assunção de riscos, Agostini, Angonese e Bogoni (2004) apontam para o fato de que os empresários são indivíduos “que têm habilidade de ver e avaliar negócios, prover recursos necessários e pô-los em vantagem, e iniciar ação apropriada para assegurar sucesso. São orientados para a ação; assumem riscos para atingirem seus objetivos” (p. 94).

Ocorre que – assim como fora apontado preliminarmente – a assunção de riscos a que se submete o empresariado nacional será sempre minimizada pela política de empréstimos do Governo nacional. Dito de outro modo, assumir riscos com garantia das políticas econômicas nacionais minimiza – ao menos nos tempos atuais – qualquer risco, ou, ao menos, calcula-se o risco de modo abrandado.

Pereira (2001) reforça a idéia de que o empresário é um agente de mudanças, uma vez que:

estas mudanças são proporcionadas pela forma como o empresário combina de forma inovadora os factores económicos, de materiais, trabalho e capital, para os transformar em produtos/serviços que são utilizados pelas pessoas, gerando assim uma actividade económica. Ele consegue deste modo uma eficiência no mercado onde optimiza a utilização dos recursos para a maximização da satisfação dos utilizadores de seus produtos/serviços. (...)

Maximiza o retorno do investimento, recolhe informações sobre oportunidades no mercado e proporciona eficiência competitiva. Por tudo isso tem de ser considerado nesta perspectiva um agente econômico na sociedade, que dinamiza o mercado, logo a economia (Pereira, 2001, p. 92).

Para Brum (1999), o empresário foi se constituindo das sociedades mais primitivas às modernas como um ator econômico, na medida em que constituía fontes de lucros e assumia riscos, apresentando ao mercado um conjunto de produtos que visavam melhorar as condições de vida das pessoas.

Por oportuno, cabe considerar que – desde a instituição dos regimes capitalistas – tal sustentação é – no mínimo – antagônica, dada a característica particularmente financeira destes detentores de capital, revelando nuances de anti-democracia e desinteresse pela ordem social.

No entanto, Naffziger (1995) sugere que o estudo do empresário não abarca exclusivamente a idéia de agente de riscos da organização de trabalho, mas principalmente o fundador dos processos de detecção de oportunidade de mercado, criação do negócio e estimativa de lucros em um tempo desejável, o que inclui um “modelo que possa incluir as variáveis que envolvem a sua atividade e se materializam na criação de empresas ou nas mudanças que efetuam criando rupturas” (pp. 112-113).

Pereira (2001) afirma que os empresários estão “indissociavelmente ligados ao desenvolvimento econômico e social de uma sociedade. Eles representam seu dinamismo e seu progresso” (p. 13). Em uma visão altamente personalista, Schumpeter (citado por Pereira, 2001) afirma que o empresário se apresenta à

sociedade como um elemento fundamental para o progresso de uma nação para uma ordem econômica, tendo em vista o fato de que ele é o responsável pela realização de novos empreendimentos, gerando combinações de meios de produção (trabalho, capital e matérias-primas), o que permite a abertura de novos mercados e a consolidação do sistema capitalista no mundo moderno.

Para a legitimação de uma ordem progressista, torna-se nobre conceber a idéia de que os avanços não podem – ou não poderiam – servir apenas àqueles que criam ou gerem novos empreendimentos, mas também à desassistida população que – pelos regimes de capital – se aproxima do empresário apenas como meio para obtenção de riquezas das classes dominantes.

Conforme Pereira (2001), o empresário tem se constituído – desde o final do século XVIII – como o agente central dos estudos da economia, tanto pelo crescimento econômico que proporciona quanto pelo ostracismo social que ordena. Segundo o autor, o empresário dominava os recursos e era o principal agente de produção, na medida em que – de um lado – fortalecia o mercado por uma capacidade especulativa junto aos preços e produtos e – de outro modo – representava a articulação dos recursos naturais junto aos processos produtivos para a criação de novas fontes de renda, perpetuando sua categorização disfuncional aos regimes de social-democracia, uma vez que sua integração com os meios de produção sempre tenderam a prosperar vantagens próprias.

Sob este enfoque, o empresário traduz – pela complexidade e pela autonomia de suas tarefas profissionais – um papel de transformador de contextos, fortalecendo ou ceifando a constituição de novas realidades construídas cotidianamente, uma vez que concede ou impede possibilidades de que os sujeitos tenham contato com o mundo em todas as suas esferas, sejam elas econômicas, sociais e políticas.

Segundo Koontz & O'Donnel (1973), o empresário deveria assumir a tarefa de criar um ambiente interno para obtenção de seus objetivos empresariais sem, contudo, deixar de apontar sua relevância enquanto agente participativo no meio externo, principalmente no que tange às políticas governamentais, condições econômicas e relações internacionais.

Dada a relação diversificada do empresário com os diversos atores de uma sociedade (governo, associações, entidades de classe, população em geral), o empresário engendra mecanismos que Furtado (1999) definiu como prioritários para o verdadeiro sentido da classe, consolidando a idéia de que o mesmo desempenha o papel crucial de contribuinte direto para mudanças de paradigmas no mundo, o que marca um ponto fundamental em sua existência. Vale – por esta medida – verificar se o empresário fielmente se localiza e se encontra sob esta égide de pensamento.

Neste mesmo sentido, Barreto (citado por Pereira, 2001) sugere a emersão de um postulado clássico nos sistemas de mercado que visa revelar a heurística dos empresários para detectar oportunidades de negócios em zonas de incerteza, alavancando novos negócios e comprometendo favoravelmente a renda de um município, estado, nação.

Notadamente, o interesse na elevação de renda de um espaço global dista pouco dos desejos de diminuição de tributos, isenção de encargos diversos em convergência com os favores barganhados e ganhos obtidos. Soma-se a seu caráter econômico – por conseguinte – o elo político do empresário para com o Estado.

Por esta ordem econômica, Schumpeter (citado por Pereira, 2001) classifica o empresário como um capitalista (detentor dos meios de produção), o que exprime – nos dias atuais – a forte tendência a enquadrá-lo como proprietário de um negócio, adaptável às velozes mudanças econômicas impostas pelo Estado, o que tende a

alterar a concepção acerca do empresário, não mais como um agente de transformação, mas principalmente um explorador de mão-de-obra no sentido de garantir benefícios particulares oriundos de uma lucratividade marcada pelos ganhos de capital das sociedades capitalistas.

Sob a abordagem sociológica, Agostini, Angonese & Bogoni (2004) afirmam que o empresário se solidifica como o produto da sociedade em que vive, cuja “resposta aos acontecimentos é influenciada pelo sistema de valores e por suas próprias experiências anteriores” (p. 99). Pelos ritos do passado, com exceções podemos inferir que o empresário se cristaliza como o burguês capital que busca crescimento de modo desenfreado, rompendo limites legais, tributários e sociais.

Inserir-se, por oportuno, nos ideais de Zanoti (2006) o compromisso social do empresário para com a sociedade, uma vez que, se “de um lado tem o direito de contabilizar lucros em decorrência de sua atividade empresarial, outro deve pugnar para que seja assegurada uma existência digna, dentro de um quadro de justiça social ao homem que está inserido no contexto em que ele se ativa” (p. 89).

Por esta ordem, Wilwy (citada por Leiria, 2002) reitera que o compromisso ético com a sociedade é algo extremamente relevante na ação do meio empresarial, visto que “ética tem a ver com obrigação moral, responsabilidade e justiça social. São esses princípios que regem o comportamento de pessoas e empresas e podem se fundamentar em valores, cultura, religião e, até mesmo, legislação” (p. 22).

Desta feita, Teixeira e Mink (2000) confirmam que as características individuais são fortalecedoras do processo de maturação do empresário, a partir da idéia de que “embora a competência específica seja fundamental para o crescimento profissional, a competência geral – aquela que representa o conjunto de

conhecimentos e valores de uma pessoa – é fundamental para a sua expressão individual” (p. 35).

Em última análise, independente do idealismo que se exprime na função social do empresário para com as ordens sociais vigentes – assim como a responsabilidade pela melhoria nas condições de vida da população – há que se considerar que o capitalismo desenfreado, bem como as atuais políticas neoliberais de avanço macroeconômico, reduzem substancialmente as esperanças de respostas convincentes do empresariado à massa social oprimida ao longo dos tempos.

Ao menos em tese, o empresário deveria assumir o papel de gerador de riquezas sociais. Cabe verificar, no entanto, se ele se sustenta apenas no nível econômico – o que certamente aumenta a crise em esfera local e global – ou se assume verdadeiramente esta responsabilidade por mudanças na conjuntura social.

1.3.1. O Empresariado no Brasil

Conforme aponta Birchall (2004), a escassa historiografia econômica do Brasil concede aos primeiros empresários de nosso país o crescimento econômico via produção agrícola. O desenvolvimento das economias cafeeira e açucareira no início do século XIX fez emergir uma nova classe social dominante, formada por detentores de terra e mantenedores das principais produções agrícolas.

No avançar deste mesmo século, surgiu uma nova classe industrial significativa, a partir das formações de indústrias têxteis e de alimentos, o que culminou com um crescimento industrial significativo, principalmente sob a égide dos empresários industriais paulistas e cariocas. Além disso, empresários

estrangeiros apresentaram significativa robustez à formação de classes empresariais no Brasil, principalmente no estabelecimento da siderurgia mineira.

Conforme Diniz (2005), o empresariado brasileiro se converteu em um protagonista de mudanças econômicas entre 1930 e 1945, período nomeado “Era Vargas”. A autora aponta que as reformas nacionais tiveram “impacto bastante inovador, abrindo o caminho para a ascensão dos interesses ligados à produção fabril e ao fortalecimento do mercado interno” (p. 35). A Era Vargas inaugurou uma fase de expansão de direitos sociais, com a introdução e o aperfeiçoamento da legislação social em três áreas (sindical, trabalhista e previdenciário), concedendo – à primeira vista – novos ajustes e aprimoramentos da classe empresária brasileira.

O cenário das últimas décadas no Brasil foi marcado por mudanças estruturais na economia, que afetaram as bases do capitalismo nacional, assim como a participação e o papel dos diferentes atores econômicos, como, por exemplo, a classe empresária. Conforme apontam Diniz e Boschi (2003), a crise do modelo de desenvolvimento brasileiro, como também as transições para um modelo centrado no mercado constituíram – em reforço ao já apontado – a tônica dos últimos anos.

Essas mudanças atingiram também os diferentes ramos da atividade profissional no país com impactos significativos no desempenho da indústria no conjunto da economia. Além disso, as reformas econômicas e seus resultados influenciaram sobremaneira o plano de composição e de estratégias de ação coletiva das elites empresariais, principalmente no que tange ao redimensionamento dos atores sociais, assim como o re-ordenamento de interesses e suas posteriores estratégias de representação, fazendo figurar novos agentes de desenvolvimento econômico no país: o micro e o pequeno empresário.

Segundo Diniz (2005), podemos perceber que vários aspectos polêmicos caracterizaram o empresariado nacional nas últimas décadas. As constatações de tais características – segundo a autora – versam sobre debilidade econômica do empresário, caráter amorfo e fragmentado de representação de interesses, subordinação às elites econômicas, passividade política, carência de ideologia e projetos próprios e, principalmente, falta de identidade enquanto ator social em nosso país.

Leopoldi (citada por Costa, 2000) estabelece a tese de que os empresários não são agentes fundamentais de alterações do caráter dos regimes políticos nacionais, mas por esta ordem política a classe empresarial tem a obrigação formal de criar uma “classe política” a fim de estabelecer a democracia nacional, além de legitimar uma relação direta das empresas com os interesses sociais, adequação de infra-estrutura, além da já apontada necessidade de contribuição para as áreas sociais no Brasil.

Diniz e Boschi (2003) sugerem – ainda – que o empresariado nacional precisaria buscar avanços políticos, a partir de inúmeras iniciativas com vistas a modernizar e adaptar sua estrutura de representação às mudanças do perfil institucional do país. Os autores citam movimentos como a Ação Empresarial (1991), onde a classe empresarial voltou suas atividades para o Congresso Nacional gerando um maior poder de mobilização da categoria na tentativa de estabelecer vínculos permanentes com a classe política, facilitando o acompanhamento e a tramitação de projetos de toda ordem para o setor empresarial, certamente mais voltados às demandas de isenção fiscal e tributária do que à busca por regulamentações que atendessem às classes sociais menos assistidas.

Os dados apontados pelos autores sugerem que, na avaliação dos empresários, ações que afetam o conjunto do empresariado se traduzem como

experiências bem-sucedidas na legitimação da representação de interesses econômicos da classe. Esta poderia ser a via do crescimento social, a partir de tratados políticos de interesse coletivo, pouco representativos no cenário econômico da atualidade.

Em função do que ora chamaremos de descaso, Vieira (2004) marca o desenvolvimento empresarial atual com uma crítica ao empresariado, apontando para o fato de que os elementos de cidadania estão dissociados dos ideais do empresário, que produz riquezas exclusivamente para obter lucros, controlar e gerir empresas com o desejo de obter favorecimentos pessoais. Os posicionamentos empresariais com enfoque em bem-estar social aparecem muito mais voltados a novas possibilidades de lucro pela via do assistencialismo, garantindo renovadas fontes de riqueza aos empresários, além de caras, desiguais e injustas formas de controle.

Para o autor acima citado, as normas da sociedade civil são contraditórias nas sociedades ocidentais. Os empresários não se mobilizam no sentido de criar movimentos sociais em respeito à dignidade humana, o que entraria em conflito com a lógica econômica do lucro e do poder, o que, na nossa visão, estigmatiza as classes mais desassistidas ao ocaso e à constante submissão.

Por uma ordem histórica, este ocaso sempre se caracterizou na falta de princípios assistencialistas e filantrópicos por parte da classe empresarial. Segundo Rico (2004), tais ações sempre foram “heterogêneas, pontuais, dependentes e tuteladas pelo Estado” (p. 73). Tal explicação se dá pelo fato de que a burguesia brasileira – autoritária e elitista – sempre apresentou um papel mais obscuro e indisponível ao Estado, com o claro desejo de não ser considerada classe detentora de poder e, por conseguinte, necessária geradora de desenvolvimento econômico e social. O rótulo de classe dominante sempre foi forçosamente retirado pelas mãos

dos empresários, de modo a não caracterizar obrigatoriedades para além dos avanços econômicos.

Em oposição ao desinteresse do empresariado às necessidades humanas, vias de acesso têm sido buscadas por entidades autônomas e associações de classe, além de empresas do terceiro setor, no sentido de contabilizar e, por conseguinte, exigir – sob forma de balanços sociais corporativos – uma resposta convincente das empresas sobre as políticas de desenvolvimento social tão necessárias para o avanço de uma nação.

Baseado nos modelos europeus de responsabilidade social corporativa, a classe empresarial nacional vem sendo cobrada – mesmo que ainda timidamente – pelas necessidades de melhoria na qualidade de vida da população, desde as questões básicas de moradia até os mecanismos de regulação de infra-estrutura para a população das cidades (saneamento básico, transportes, alimentação, educação).

1.4. Empresariado e Responsabilidade Social Corporativa

Inicialmente propostas no cenário europeu das grandes potências em desenvolvimento e, notadamente, como uma adequação às fracassadas e/ou mal sucedidas experiências de amparo às classes sociais menos assistidas, as experiências de desenvolvimento social têm concedido algumas originalidades na sua forma e estrutura, com vistas a uma minimização dos avanços transnacionais para um viés eminentemente econômico.

Para Fischer (1999), o re-desenho neoliberal suscita maior participação da sociedade civil junto ao Governo. Em reforço a esta parceria, supõe-se que os setores isoladamente não conseguem enfrentar o turbilhão de mudanças culturais radicais de

modo isolado, emergindo a necessidade de alcance parceirizado nas vias de crescimento econômico sustentável, com efeitos diretos e imediatos no desenvolvimento social.

Em avanço, as novas concepções de responsabilidade das empresas para com o ambiente que habitam vêm sendo bastante difundidas a partir de entidades como o Institute of Social and Ethical Accountability, Social Accountability International, Instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

De acordo com Azeredo (2000), especialmente nos países desenvolvidos, os consumidores e demais grupos da sociedade organizada têm cobrado novas posturas das empresas, seja pela proteção ambiental, seja por produtos mais seguros e não nocivos à natureza, ou ainda pelo cumprimento com zelo e ética de todos os processos de produção com riscos minimizados aos trabalhadores.

Por esta ordem, Teixeira (1991) pontua três fatores que marcam a globalização: a revolução tecnológica, permitindo a diminuição de distâncias; a revolução educacional, dada a busca desenfreada dos indivíduos pelo conhecimento; e a revolução cívica, representada por milhares de indivíduos que se organizam em associações e organizações não-governamentais, na tentativa de preservar direitos e interesses que perpassam pela promoção social e proteção ambiental.

Como consequência da revolução cívica, Macêdo (2003) indica o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável como precursor nos ideais de criação do conceito de Responsabilidade Social Corporativa (ou empresarial), a saber:

Responsabilidade social corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico,

melhorando, simultaneamente a qualidade de vida de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (Macêdo, 2003, p. 78).

De acordo com o Instituto Ethos (2003), Responsabilidade Social Corporativa (RSC) preconiza uma maneira ética de condução dos negócios de uma organização de trabalho de modo que a mesma se torne co-responsável pelo desenvolvimento social. Dito de outro modo, sugere a gestão de uma atividade lucrativa ligada a valores éticos baseados em amparos legais, que buscam o respeito às pessoas, à comunidade e ao meio ambiente.

Em um primeiro momento voltadas para as discussões acerca das relações de trabalho, mais especificamente condições físicas de trabalho e encargos trabalhistas, as leis de responsabilidade social saíram do invólucro das empresas nos últimos anos para tomarem um caráter bem mais ampliado.

Novas questões vem sendo apontadas, tais como equidade de grupos em desvantagem (mulheres, negros, deficientes físicos), segurança e estabilidade no emprego, tratamento justo entre proprietários e força de trabalho. Desta feita, os problemas de ordem interna se associam a condições externas, fazendo com que as organizações de trabalho respondam e sejam cobradas por seus atos em um nível que ultrapassa os limites da empresa (Borger, 2001).

Retoma-se, por oportuno, o que Jaguaribe (1975) pontua como posicionamento clássico dos empresários enquanto elites funcionais ou disfuncionais: a primeira, ao certo, supõe participação das elites em compasso com os interesses de uma população; a segunda, por benefício próprio, irrompe o ideal da social-democracia, cabendo aos empresários a direção do crescimento de modo a

favorecê-lo exclusivamente, sob forma de aumento de riquezas, promoção de debates sobre isenção fiscal e tributária, aquisição de novos postos de trabalho, facilidades nas transações comerciais nacionais e/ou internacionais.

De acordo com o Instituto Ethos (2003), a Responsabilidade Social Corporativa (ou Empresarial) tornou-se um fator de competitividade no mundo dos negócios. Ultrapassadas as noções de lucro elevado e qualidade dos produtos, as empresas devem ou tenderão a buscar o aperfeiçoamento de suas relações com todos os públicos com os quais têm íntima relação: “clientes, fornecedores, empregados, parceiros e colaboradores. Isso inclui também a comunidade na qual atua, o governo, sem perder de vista a sociedade em geral, que construímos a cada dia” (p. 33). Torna-se fundamental, portanto, a legitimação das empresas não somente como produtoras de bens, mas também a responsabilidade que têm pelo bem-estar de colaboradores e comunidade.

Tal tendência se expressa e se fortifica pelo fato de que – em função dos mecanismos de regulação nacional – a sociedade civil deverá promover discussões acentuadas sobre o papel da classe empresarial enquanto dinamizadora de lucro – objeto de sua existência – aliado aos indicadores estratégicos de desenvolvimento social, melhorando, mantendo e pacificando relações entre indivíduos que mantêm clara aproximação com as organizações de trabalho, desde o funcionário da empresa até a população vizinha que se alimenta ou se sustenta dos resultados positivos (negócios, geração de emprego e renda, qualidade de vida) ou negativos (poluição, prejuízos ao meio ambiente, etc.) da organização.

Preconizadas desde o início do século XX, as ações de responsabilidade social tomaram forte peso a partir de uma crise mundial de confiança nas empresas nas últimas décadas (Rico, 2004). Desta feita, as ações de responsabilidade social

não deixam de ser, em ampla medida, um debate sobre as questões éticas e morais das empresas.

Borger (2001) remete o conceito histórico de RSC à década de 50, a partir das leis americanas de filantropia corporativa e dos estudos de Bowen, Galbraith, Packard e Carson (1955; 1958; 1960). A idéia fundamental dos autores dizia respeito ao que ora nos assusta cotidianamente, qual seja a liberdade das empresas para a tomada de decisões que afetam o ambiente ao redor em face ao lucro desmedido, sem a devida responsabilidade pelas conseqüências negativas de atos intempestivos de classes empresarias.

Os postulados de tais autores apresentavam questionamentos acerca de problemas sociais das mais diversas ordens como, por exemplo, o debate acerca da pobreza, crescimento econômico, relações raciais, desemprego, distribuição de renda, poluição, aposentadoria, moradia.

Dados do Instituto Ethos (2003) apontam para o fato de que o retorno contabilizado pelas empresas que aderem às políticas de responsabilidade social está vinculado ao reconhecimento perante a sociedade, na medida em que promove avanços que contribuem significativamente para o desenvolvimento da nação. Podemos afirmar que – se não se traduz como uma definitiva solução – ao menos se consolida como um ideal de avanço que traz à sociedade uma possibilidade de escolha e fidelização com empresas que agem eticamente junto à sociedade como um todo.

Seguramente, não é desejo criticar o lucro enquanto foco prioritário de uma organização, que precisa ser dizimado pelas políticas de responsabilidade social; ao contrário, torna-se sim, necessário ao autor, questionar aquilo que Borger (2001) aponta como o ideal de uma atuação empresarial, focada no desenvolvimento

econômico de uma empresa em sintonia com o respeito, o zelo e o interesse pelas ordens sociais vigentes.

Para a autora, não há o interesse de que os empresários abandonem seus objetivos econômicos; cabe sim incluir as empresas na promoção um ambiente socialmente responsável, que desempenhe papéis econômicos adequados na produção de bens e serviços, gerando emprego, renda e respeito na mesma medida das atuações legalmente responsáveis e ajustadas aos anseios da sociedade.

Vale notar, em análise crítica ao cenário da RSC, que várias empresas têm buscado o caminho da lógica assistencialista com o intuito claro e definitivo de promover marketing social, com vistas a angariar consumidores tendo como direcionamento de campanhas publicitárias o foco no desenvolvimento social.

Em face a isso, cabe identificar que as ações de RSC devem ser iniciadas no cerne da organização; dito de outro modo, não há razão em promover benefícios à comunidade se elas suplantam o respeito ao trabalhador, força produtiva necessária aos ganhos econômicos de uma empresa.

Outro ponto crítico a ser indagado vem a ser a falta de critérios para se mensurar a qualidade da RSC entre as organizações de trabalho. Percebe-se, para fins de mensuração, análise e debate, a necessidade de montagem de itens que respondam pela eficácia do processo. Assim sendo, as empresas vêm adotando um conjunto de informações e indicadores dos investimentos das ações realizadas no cumprimento de sua função social junto aos funcionários, ao governo e às comunidades com quem interagem direta ou indiretamente.

Stiglitz (2007) argumenta que estes informes têm sido buscados pela importante via dos balanços sociais corporativos, supondo um “julgamento social”

para com as empresas, no sentido de que as mesmas favoreçam – a partir de critérios pré-estabelecidos – melhoria nas condições de vida das pessoas.

Originários em 1977 na França e altamente difundidos nos EUA e na Inglaterra em idos posteriores, os Balanços Sociais Corporativos se apresentam como um conjunto de padrões auditáveis que integram processos de certificação referentes ao respeito aos direitos humanos e às adequadas condições e relações trabalhistas nas diversas formas de atuação profissional, seja na indústria, nas áreas de comércio ou serviços (Azeredo, 2000).

De acordo com Assis (2005), o Balanço Social é uma ferramenta importante dentro do contexto da gestão empresarial, na medida em que dá visibilidade aos investimentos no campo da responsabilidade social. Embora não obrigatória a sua divulgação, o país começa a envolver as empresas no que diz respeito à apresentação de seus resultados à sociedade.

Inicialmente proposto como um “alargamento do balanço contábil” (p. 142), o balanço social vem se constituindo como um respeitável instrumento de demonstração das atividades das empresas, oferecendo lisura e visibilidade às informações aos sócios/acionistas, bem como aos demais atores sociais que influenciam a vida de uma organização, os chamados *stakeholders* (empregados, fornecedores, investidores, parceiros, consumidores e comunidade).

Segundo Rico (2004), instituições como a Fundação Instituto de Desenvolvimento Social e Empresarial (FIDES), o grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE) têm incentivado e facilitado a publicação de anuários correspondentes ao balanço social da empresa, de modo a demonstrar o envolvimento das empresas junto à sociedade.

A partir de estudos do IBASE, o balanço social empresarial – em seu modelo brasileiro – expressa desde janeiro de 2006 indicadores de natureza social e ambiental que permitem demonstrar à sociedade a participação e responsabilidade social das organizações, a saber: 1) Base de cálculo: receita líquida da empresa, resultado operacional e folha de pagamento bruta; 2) Indicadores Sociais Internos: despesas com alimentação, previdência privada, saúde, segurança e prevenção de acidentes de trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados; 3) Indicadores Sociais Externos: educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome, transporte coletivo, moradia; 4) Indicadores Ambientais: investimentos em projetos anuais, estabelecimento de metas para minimização de prejuízos ao meio ambiente; 5) Indicadores do Corpo Funcional: número de admissões e demissões por período, capacitação profissional, número de funcionários terceirizados, número de estagiários, número de empregados acima de 45 anos, número de empregados por equidade (mulheres, negros, portadores de necessidades especiais); 6) Informações Relevantes Quanto ao Exercício de Cidadania Empresarial: relação entre a maior e a menor remuneração na empresa, número de acidentes de trabalho, desenvolvimento de projetos sociais, liberdade sindical, ampliação dos aportes de previdência privada, participação dos empregados no estabelecimento da missão e visão organizacional, número de reclamações e críticas, programas de participação nos lucros e resultados (Assis, 2005).

Em síntese, as informações dizem respeito ao faturamento, lucro, número de empregados, despesas com alimentação, treinamento, saúde e segurança do trabalhador, investimentos e doações voltados para a comunidade e para o meio

ambiente, de modo a construir nações mais democráticas, sob a esteira das relações éticas e transparentes entre Estado, mercado e sociedade civil (Rico, 2004).

O grande ponto de discórdia que vem sendo notado entre governantes e empresários no tocante ao Balanço Social diz respeito ao fato de que empresas justificam seu descontentamento pois pensam já cumprir sua função social quando do pagamento de impostos e legislação trabalhista vigente, restringindo o papel sugerido pelas leis de responsabilidade social.

Inevitável considerar – assim como se desenvolveu a escrita deste capítulo – que as mudanças estruturais nas ordens econômicas mundiais até a quebra do Estado enquanto agente fortalecedor de desenvolvimento social, seja no Brasil ou no mundo, possibilitou uma crise identitária que, pela via do capitalismo ou pelo vale do ocaso, gerou conflitos sociais e econômicos que requerem ação emblemática para diminuição das desigualdades que se estabelecem. As regras de auditagem e análise já existem, mas não sabemos quais os ombros que têm se debruçado sobre esta responsabilidade.

Em retomada, cabe ao empresário – tradicionalmente um antigo agente autoritário burguês – a responsabilidade pela modificação do quadro de desigualdade, fome e pobreza em nossa nação? O empresário cabe neste papel? O empresário se percebe neste invólucro? Os itens valorizados na teoria fazem parte do conjunto de funções essenciais de um empresário? Das contradições ao ideário, das perguntas às respostas, soma-se o compromisso de localizar neste trabalho a posição da classe empresarial frente aos desejos de melhoria das condições de vida da população local, regional, nacional e mundial.

1.5. O Desenvolvimento Econômico e Social em Goiás

Com área de aproximadamente 340.086.698 km² e população de 5.619.568 habitantes (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás, 2005), o Estado de Goiás vem acumulando – ao longo dos anos – sobressaltados crescimento econômico de suas empresas e, conseqüentemente, de sua economia. Não obstante, o enraizamento das empresas familiares – fecundadas via capital interno – tem se constituído como a base econômica fundamental desta região do país, respondendo por 95% (noventa e cinco por cento) da economia goiana, a partir de suas empresas de pequeno e médio porte.

De acordo com o site do Governo do Estado, Goiás é formado – quase que em sua totalidade – por municípios de pequeno porte (menos de 50.000 habitantes), mas a maior parte da população está concentrada em municípios de pequeno e grande porte, respondendo pela quase totalidade da produção de riquezas do Estado, principalmente pela manutenção de empresas de pequeno e médio porte nas áreas industriais, comerciais e de serviços.

Para Castro (2004), pequenos municípios e grandes empreendimentos “formam uma simbiose que caracteriza a economia goiana, onde há concomitantemente a presença de extração mineral, agricultura, pecuária, prestação de serviços e comércio varejista”.

Sobre esta simbiose, Correia (2006) informa que o Estado de Goiás sempre esteve inserido no contexto do capitalismo nacional apontado no início deste capítulo, muito embora ocupando uma posição de periferia na economia brasileira. Desde os primórdios, o estado goiano se intensificou com a produção de extração

mineral a partir do ciclo do ouro, momento em que começaram a surgir centros urbanos em função da exploração do referido minério.

Importante conceber que o ciclo do ouro respondeu – em um determinado período histórico – a uma forte coação da coroa portuguesa aos domínios de território no Estado de Goiás, o que - segundo Bertran (1978) – representou a estruturação primária do espaço físico e territorial goiano.

Sob a via do desenvolvimento econômico e político goiano, desde o período imperial (1822-1889) e caminhando para a Primeira República (1889-1930), o Estado se sustentou em seus regimes de coronelismo, sem efetiva participação popular em face ao controle característico de elites que tinham como objetivo a dominação política local.

Para Itami Campos (2003), a solidificação do sistema coronelista goiano criou representatividade a partir da estrutura familiar dos donos de poder, ampliando barganhas com o Governo para enriquecimento próprio, o que culminou com um atraso significativo como forma de dominação política.

Conforme Correia (2006), a caracterização do desenvolvimento regional acentuado ocorreu a partir da Revolução de 30, momento em que Goiás fortaleceu a sua infra-estrutura voltada para o desenvolvimento e a urbanização, notadamente a partir da construção da cidade de Goiânia e, em um período posterior, a idealização e o planejamento de construção da cidade de Brasília.

Na esteira do desenvolvimento local, o ideal da participação democrática da sociedade sempre esteve relegado a segundo plano, em face à ânsia de poder das famílias mais representativas do Estado no tocante à agricultura e pecuária. Tal situação ficou ainda mais evidenciada a partir das transformações goianas rumo a uma nova ordem econômica baseada no capitalismo, já introduzidas no início do

capítulo. Os regimes oligárquicos da região fizeram prosperar as famílias mais abastadas financeiramente.

O capitalismo se expressou em Goiás – segundo Correia (2006) – com forte volatilidade desde a implantação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento a partir de 1970, mediante carga de investimentos federais para a modernização da agricultura local sem, contudo, se preocupar com investimentos sociais.

Para o autor, os avanços em infra-estrutura no Estado coincidiram com os modelos estruturais da política brasileira, na medida em que se elevou o compromisso para com o vigor e fortalecimento das elites no mesmo compasso em que se desconsiderava a sociedade que sustentava este regime de dominação.

Em números, o Estado de Goiás cresceu em produção – nos idos de 1970 – em sintonia com o analfabetismo local, girando em torno de 67%. No que diz respeito ao emprego sustentado, as políticas de oferta de trabalho aumentaram em Goiás – naquela época – a partir de compromissos entre elites e massas para o voto de favor em troca ao emprego de favor (Correia, 2006).

O ocaso social em face à estruturação de poder do governo local veio de encontro – de acordo com Bertran (1978) – com as novas demandas de um estado goiano necessitado de intervenções diretas nas demandas sociais, haja vista o caos gerado nos números atinentes a emprego, saúde e educação.

Ocorre que os investimentos governamentais foram – na visão de Correia (2006) – muito mais indutores do desenvolvimento econômico pela criação de novas empresas e aumento da capacidade produtiva de outras tantas do que, de fato, uma tentativa de alteração de rota no tocante às políticas sociais.

Com cautela, podemos considerar os anos 70 como representativos em Goiás – assim como no Brasil – de uma forte tendência à diminuição de barreiras

comerciais nacionais/internacionais via ritmos de produção acelerados nas indústrias locais/nacionais, quadro típico da globalização a que fomos submetidos nos últimos tempos – sem contudo priorizar políticas justas e adequadas de desenvolvimento social. Tanto antes, como agora, a modernização sugerida vira sinônimo de antagonismo social.

Atualmente, segundo dados da Seplan (2006), o Estado é o décimo colocado no ranking do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, com um volume de exportações que supera a média nacional. De outro modo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mensura a qualidade de vida da população a partir de indicadores de educação, longevidade e renda (PIB per capita) apresenta Goiás como a décima segunda unidade da federação onde melhor se vive (Correia, 2003).

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano – Goiás/Brasil (%) – Seplan 2005

Especificação	1980	1991	1995	1996
Brasil	0,734	0,787	0,814	0,830
Goiás	0,635	0,743	0,765	0,786

Nota: IDH elevado = 0,800 acima / IDH médio = 0,500 – 0,799 / IDH baixo = abaixo de 0,500

A tabela a seguir demonstra a participação estrutural do PIB goiano:

Tabela 2 – Estrutura do PIB Goiano por Setor (%) – Seplan 2006

Ano	Indústria	Comércio/Serviços	Agropecuária
2000	32,49	50,32	17,19
2002	32,62	44,97	22,51
2004	35,48	43,78	20,74

No tocante aos setores de atividade, a indústria goiana apresenta números muito positivos (Seplan, 2003), acima da média nacional. Os dados apontam para uma evolução de 35,48% no setor industrial, reforçando as políticas de desenvolvimento que permeiam as gestões governamentais nos últimos anos no Estado via apoios à industrialização criados pelo Governo do Estado de Goiás com os programas Fomentar (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás) e Produzir (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás), que trouxeram avanços consideráveis aos sistemas financeiros de gestão das empresas de pequeno, médio e grande porte.

De acordo com Borges (2004), o Programa Fomentar foi criado em julho de 1984, visando atrair e/ou expandir indústrias para o Estado de Goiás, conceder apoio técnico e financeiro das atividades ligadas aos setores de pequenas, médias e grandes empresas, gerar emprego direto para a mão-de-obra local/regional, elevar a concentração de estagiários, integrar novos empreendimentos à economia goiana, além de incentivar o movimento de desconcentração econômica no próprio Estado.

No que concerne ao Programa Produzir (criado em janeiro de 2000), Borges (2004) aponta para os seguintes objetivos fundamentais: a) contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial goiano; b) estimular a realização de investimentos; c) renovar tecnologia; d) atrair novos investimentos; e) contribuir para a correção de desequilíbrios regionais.

Inegavelmente, os postulados econômicos acerca destes dois programas governamentais contabilizaram ampliação do número de empresas no Estado, além da elevação no nível de investimentos em Goiás, promovendo um acelerado processo de modernização de indústrias, gerando crescimento sustentado e valorização do

empresariado local. No entanto, não se percebe nenhuma ação política no sentido de promover sustentabilidade e desenvolvimento social.

Não há – dentre os ideais dos referidos programas – nenhuma aproximação dos resultados financeiros das empresas privadas com respostas claras de apoio e auxílio à sociedade, seja na melhoria das condições de saúde, educação e moradia, seja na implementação de políticas de melhoria das condições do meio ambiente e valorização dos espaços geográficos, o que marcaria as empresas goianas como promotoras de bem-estar social, valorizando os preceitos da Responsabilidade Social Corporativa.

No que diz respeito à atividade comercial goiana, a mesma representa destacado papel na economia (tanto no comércio varejista como no comércio atacadista), com destaque para a grande quantidade de micro, pequeno e médio empresários no setor, além da intensiva contribuição desta atividade econômica para o emprego formal do Estado, valorizando a geração de emprego e renda, muito embora seus resultados tenham sofrido queda nos últimos anos, em resposta aos programas de desenvolvimento industrial no Estado.

De outro modo, dados da Seplan marcam o agronegócio como um importante responsável pelo volume de riquezas econômicas do Estado, desde o montante financeiro gerado pela agricultura familiar até a formação de grandes empreendimentos agro-industriais, gerando receitas próximas de 10 bilhões de reais. Em um dos estratos do agronegócio destaca-se o desempenho positivo registrado junto à bovinocultura, respondendo pelo maior peso na pecuária do Estado, ocupando a quarta colocação no ranking nacional (Seplan, 2005).

No que concerne à oferta de empregos – sob o prisma do desenvolvimento social -, as empresas participaram com crescimento moderado em comparação com a

média nacional; vale frisar, no entanto, que a relativa falta de assistência das empresas privadas para com os trabalhadores – no que diz respeito à limitada capacidade de absorção de mão-de-obra – faz com que o Estado permaneça assumindo o papel de provedor de empregos (Correia, 2006), representando clara herança dos falidos processos de assistencialismo por parte do estado. A tabela a seguir explicita tal postulado:

**Tabela 3 – Empregos Formais por Setor de Atividade Econômica -
Seplan 2005**

Setor de Atividade	2002	2003
Extrativa mineral	4.012	4.276
Indústria de transformação	112.528	118.040
Serviços industriais	7.762	7.958
Construção civil	30.914	30.126
Comércio	141.243	152.347
Serviços	219.310	225.873
Administração Pública	217.519	232.957
Agropecuária	48.155	55.442

Por outro nível de análise, o Estado de Goiás – conforme tabela a seguir – tem gerado, ao longo dos tempos, flutuações de admissão e demissão, representando – ao que tudo indica – uma forte tendência às contratações por prazo determinado, que atendem – em primeira instância – aos interesses de lucro e rentabilidade. A tabela sugere garantia de emprego quase que na mesma medida da garantia de demissões, enaltecendo as políticas empresariais de geração de emprego e renda na equidistância da falta de estratégias competitivas de recursos humanos capazes de garantir permanência de funcionários, sob forma de treinamentos, qualificações, etc.

Tabela 4 – Flutuação do Nível de Emprego Formal - Seplan 2005

Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
1990	179.894	186.493	-6.599
1999	210.060	212.378	-2.318
2000	265.797	243.807	21.990
2001	292.087	270.706	21.381
2002	298.605	279.342	19.263
2003	301.347	280.568	20.779
2004	346.598	309.345	37.253

Nota: Saldo = Diferença entre admissões e demissões

Outro aspecto que merece apreciação – em se tratando de políticas de geração de emprego e renda – vem a ser a remuneração média de empregados admitidos no Estado de Goiás, com crescimentos anuais na ordem de 10%. Ocorre que – se comparada às médias nacionais, o crescimento é tímido e não reflete aproximação definitiva com o que se pratica no país.

Tabela 5 – Salário Médio de Empregados Admitidos no Emprego Formal (em R\$) - Seplan 2005

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Goiás	276,65	290,05	302,00	333,86	318,37	356,85	394,63
Brasil	390,08	402,49	421,00	454,03	410,50	451,91	496,40

Embora forte potencialmente no tocante ao desenvolvimento econômico - haja vista o crescimento do PIB local, além do volume de exportações dos últimos anos – o Estado de Goiás ainda carece de políticas sociais que concedam

credibilidade e interesse de alteração de quadro sociais via participação ativa das autoridades empresariais.

A classe empresarial local, caracterizada pela opulência administrativa e financeira familiar, precisa compreender – assim como no ideário das reformas sociais vigentes via Responsabilidade Social Corporativa – que os elevados investimentos técnico-operacionais, bem como a contribuição tributária das organizações de trabalho não se traduzem como suficientes para a emergência do desenvolvimento.

É sabido que o mundo globalizado provê crescimento econômico sob o risco de vôo cego ao subdesenvolvimento, mas a sociedade tem sido convidada – assim como anteriormente exposto – a definir a parcela de responsabilidade das organizações nas melhorias das condições de vida da população de forma a garantir maiores e melhores indicadores de bem-estar econômico e social.

Em Goiás, assim como no Brasil e em escala mundial, faz-se mister compreender, para tanto, o papel do empresário enquanto agente de crescimento e sua posição enquanto percebedor de sua importância para o desenvolvimento de uma região/estado/nação.

Em linhas gerais, supõe-se que a classe empresarial deve estar atenta às mudanças e incorporações na agenda de compromissos sociais em escala local e global como um dos muitos ritos deste importante agente de crescimento e desenvolvimento.

Da suposição à ciência, percorreremos os caminhos da Representação Social proposta por Moscovici para engendrar questões conceituais e cognitivas atinentes ao empresariado goiano, interessados na percepção que o empresário local tem acerca de sua função social em face às grandes transformações internacionais, mais

especificamente no que diz respeito aos desejos de democratização, respeito à sociedade e promoção de justiça social angariados pelas políticas de responsabilidade social corporativa.

Desta feita, tal estudo teve o objetivo de conhecer a representação social do empresário goiano, de modo a verificar se o mesmo representa o ideário das transformações sociais sob forma de responsabilidade social corporativa no conjunto de suas funções enquanto agente de desenvolvimento econômico e social.

Capítulo 2 - O Estudo das Representações Sociais

As representações sociais podem ser compreendidas como formas de conhecimento prático, mediadas por processos de comunicação que orientam a construção de significados que norteiam a realidade comum. O conhecimento prático socialmente estruturado faz conceber o significado de mundo e de transformação desse mesmo mundo.

Tais representações sociais são geradas via comunicações no interior dos grupos sociais, refletindo a situação dos indivíduos no que diz respeito aos assuntos que são objeto do seu cotidiano. Assim, a ciência define esses conceitos como teorias do senso comum (Moscovici, 2003). Essas teorias tornam-se o principal objeto de estudo das representações.

O aprofundamento do entendimento acerca do conceito de Representações Sociais tem seu enriquecimento nos postulados de Durkheim (1912) acerca da noção de Representações Coletivas. O clássico autor da Sociologia estabelece a idéia de que as representações sociais (ditas coletivas) se expressam sob forma de um grupo de fenômenos reais, dotados de propriedades específicas e que se comportam de um mesmo modo específico, fortalecendo a idéia de autoridade e especificidade dos fenômenos sociológicos.

Assim, Durkheim afirma que a vida social é formada – em sua essência – por representações coletivas. Tais representações, expressas sob forma de conceitos, categorias e idéias desempenham considerável papel na consciência individual. Nesta via, Durkheim sedimentou a idéia de que é a sociedade que pensa, correspondendo à idéia de que a consciência é estabelecida sob a base da consciência

grupais, na tentativa de compreender que as representações coletivas são produções sociais que se apresentam aos indivíduos como forças exteriores.

Durkheim (1912) iniciou seus estudos investigando as práticas religiosas das tribos de primitivas sociedades australianas, o que originou a tese de que a religião é intrínseca aos sujeitos que vivem em sociedade e que essa prática social regulamenta representações coletivas - fenômenos que mantêm laços entre os membros de uma sociedade através das gerações.

Essa proposta, porém, foi apresentada por Moscovici (2003), referindo-se à singularidade desses fenômenos nas sociedades contemporâneas, configuradas por mobilidades sociais, elementos estes que vão além de representações coletivas referentes à designação de conhecimentos e crenças, produzindo realidades e senso comum.

Por esse motivo, as críticas que se estabeleceram ao pensamento de Durkheim recaíram sobre a ótica do desprezo acerca da psicologia do indivíduo ou, em um sentido mais amplo, às representações individuais entendidas como transitórias e de grande variabilidade, o que refletia – notadamente – uma independência entre as ciências psicológicas e sociológicas.

2.1. Moscovici e a Formulação de uma Teoria

A partir de seus estudos sobre a apropriação da teoria psicanalítica junto a diferentes grupos sociais, Moscovici (2003) propôs uma psicologia social do conhecimento, sugerindo uma análise acerca de como as pessoas partilham conhecimentos e de como tais partilhas se estabelecem em uma realidade comum,

rompendo os ideais exclusivistas e limitados da psicologia e da sociologia, o que valorizou – em certa medida – o crescimento da psicologia social européia.

Neste sentido, as discussões acerca do tema possibilitaram salutar avanço no desenvolvimento deste conceito, o que contribuiu sobremaneira para o crescimento dessa área, uma vez que estabeleceram reformulações de conceito acerca de atitude, interação social, conformismo.

Moscovici (1981) aponta para o fato de que a noção de representação social remete a um conjunto de “conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano, no curso de comunicações interindividuais. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; elas podem até mesmo ser vistas como uma versão contemporânea do senso comum” (p.181).

Moscovici (citado por Spink, 1995) reconhece que, ao enfatizar o poder de criação das representações sociais, direciona sua abordagem aproximando-a de um movimento voltado às teorias do conhecimento, corroborando a idéia de que tal teoria valoriza a construção social da realidade.

Sob o ponto de vista do estudo da dinâmica das representações sociais, há um aspecto figurativo, que transforma noções abstratas em elementos quase tangíveis e visíveis no cenário da vida cotidiana, o que envolve certas operações simbólicas e estruturantes, pelas quais se dá forma a esse conhecimento prático acerca da realidade que é objeto da representação.

Segundo Jodelet (2001), é a operação que permite a materialização da palavra e a reabsorção do excesso de significados pelos quais as realidades são apresentadas. Conseqüentemente, de todas as palavras que representam um assunto, aquelas frações que melhor o descrevem por imagens constituem os núcleos figurativos.

Intitulada teoria do senso comum (ou teoria popular), a teoria das representações sociais oferece, segundo Moscovici (2003), duas funções específicas, a saber: 1) convenção de objetos, na medida em que dão forma definitiva e estabelecem um modelo que passa a ser partilhado por grupos de pessoas, definindo suas fronteiras, assim como postulava Lewin (citado por Moscovici, 2003, p. 36) acerca do fato de que “a realidade é, para a pessoa, em grande parte, determinada por aquilo que é socialmente aceito como realidade”; 2) prescrição, uma vez que as representações se impõem como força irresistível, sugerindo um elo de sistemas preliminares que se baseiam em uma “estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e quebra as amarras da informação presente” (Moscovici, 2003, p. 37).

O senso comum, segundo Moscovici (2003) merece especial atenção pela sua constante transformação nas sociedades contemporâneas, fundamentalmente pelo avanço científico e tecnológico. De acordo com Moscovici (2003):

Seu conteúdo, as imagens simbólicas derivadas da ciência em que ele está baseado e que, enraizadas no olho da mente, conformam a linguagem e o comportamento usual, estão continuamente sendo retocadas. (...) no senso comum, as representações adquirem uma autoridade ainda maior, na medida em que recebemos mais e mais material através de sua mediação – analogias, descrições implícitas e explicações dos fenômenos, personalidades, economia, etc., juntamente com as categorias necessárias para compreender o comportamento de uma criança, por exemplo, ou de um amigo. Aquilo que, a longo prazo, adquire a validade de algo

que nossos sentidos ou nossa compreensão percebem diretamente, passa a ser sempre um produto secundário e transformado de pesquisa científica (Moscovici, 2003, p. 95).

No estabelecimento de contatos oriundos do senso comum, Moscovici (2003) privilegia a linguagem, uma vez que podemos perceber que as palavras, como também as estruturas que estas mesmas palavras têm entre si resultam em importantes indicadores das representações, uma vez que se concretizam em sistemas e saberes práticos do senso comum.

Sua utilização estabelece três diferentes sistemas de comunicação notadamente verificados quando de seus estudos sobre a psicanálise junto aos meios de imprensa que fazem compreender as relações simbólicas entre os atores sociais, a citar: a) difusão do conhecimento, como a circulação a fim de criar um interesse comum sobre um dado assunto; b) propagação do conhecimento, expandindo os conceitos e acomodando seletivamente os conteúdos de um sistema; e c) propaganda, como uma tentativa de diferenciar supostos conhecimentos em verdades concretas.

Em um outro espectro, Moscovici (2003) ressalta o caráter distintivo da dimensão funcional das representações sociais, apontando para a idéia de que tanto a origem social das representações, assim como o fato de que elas são socialmente compartilhadas por si só não são suficientes para descaracterizá-las de outros sistemas de pensamento coletivo.

Desta feita, o autor postula que o termo deve fazer compreender uma modalidade de conhecimento particular que tem por operacionalidade a elaboração de comportamentos, bem como a comunicação entre sujeitos, o que aproxima seus conteúdos de ricas possibilidades de exploração em pesquisa, tornando-a uma teoria explicativa, formulada a partir de uma lógica própria, o que, indubitavelmente, faz

estabelecer o paradoxo acerca dos níveis de entendimento que podem vir a ser propostos por sua teoria.

2.2. Representação Social - A Delimitação de um Conceito

De acordo com Pereira (2001), as representações sociais se estabelecem na fronteira entre sociedade e indivíduo. Tais dimensões expressam a força, assim como a vulnerabilidade de seu conceito, visto que posicionam as discussões entre os fatores psicológicos e sociais, categoricamente distanciadas por Durkheim em 1912.

Rouquette (citado por Pereira, 2001) conceitua a representação social não como parte do universo cognitivo do sujeito ou marcação única da sociedade, uma vez que suas fronteiras ou limites são pouco definidos. Nesse sentido, sua ordem é absolutamente dinâmica, capaz de agrupar informações, opiniões e atitudes, denotando autonomia capaz de transmitir características próprias que atuam como modeladoras de respostas dos indivíduos, irrompendo a idéia de que se constituem apenas como mediadoras de processos entre sujeitos e objetos.

Tal dinamismo permite re-elaborações e modificações com o avançar dos tempos, fazendo com que indivíduos estabeleçam uma realidade que confirme as explicações decorrentes de uma representação.

Doise (2002) entende representações sociais como sendo princípios geradores de tomada de posição ligados a um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que acabar por interferir nessas relações, o que permite explicar as múltiplas variações individuais de representação e de conseqüentes comportamentos.

Conforme aponta Pereira (2001), as representações sociais são marcadas por um componente mental funcional, uma vez que se articulam nos processos cognitivos dos sujeitos a fim de que possam processar informações. Em um contraponto, influenciam o sujeito a agir de um determinado modo em relação ao um dado objeto.

De acordo com Nóbrega (2001), as representações sociais devem ser compreendidas como modalidades de conhecimento particular circulante em todas as esferas da sociedade, tendo como funções primordiais a formação de condutas, assim como a orientação das comunicações sociais. Sua delimitação permite irromper antigas bases teóricas do pensamento científico postuladas em experiências reveladoras, porém pouco envolventes quando da proposição de generalizações.

Tomando como base as formulações da teoria anteriormente citadas, podemos caracterizar três funções básicas das representações sociais, de acordo com o pensamento de Abric (2000), a saber: a) função identitária, uma vez que permite a elaboração de uma identidade social, compatível com normas e valores historicamente determinados; b) função de orientação, de tal sorte que guia os comportamentos e as práticas dos sujeitos, constituindo uma ação sobre a realidade; c) função justificatória, uma vez que permite a justificativa acerca das tomadas de posições dos indivíduos, permitindo aos atores sociais explicar condutas em uma ou várias situações.

2.3. Formação e Estrutura das Representações Sociais

A vinculação estreita entre relações sociais e suas representações permite estabelecer dois processos sócio-cognitivos que estruturam a formação da dinâmica das representações em um meio social: objetivação e ancoragem.

A objetivação pode ser definida como a transformação de uma idéia, de um conceito, ou de uma opinião em algo concreto. Cristaliza-se a partir de um processo figurativo e social e passa a constituir o núcleo central de uma determinada representação, seguidamente evocada, concretizada e disseminada como se fosse o real daqueles que a expressam. Tal processo se expressa como fundamental para a atividade cognitiva, uma vez que se estabelece uma imagem representativa de objetos a partir de experiências anteriores dos sujeitos, o que fundamenta a idéia de objetivação como construtora de novas imagens, nunca originalmente estabelecidas, sempre continuamente alteradas.

A partir das definições de Moscovici (2003), podemos categorizar a objetivação em representação social conforme três distintos níveis de análise: 1) construção seletiva, onde inicialmente as crenças e idéias sobre um objeto sofrem os processos de seleção e descontextualização. Neste sentido, o que se estabelece é a formação de uma representação coerente, mesmo que por parte de informações disponíveis; 2) esquematização, correspondendo a um esquema estruturante de figuras que constituem o objeto proposto, a partir de um padrão de relações estruturadas, enaltecendo o seu caráter figurativo ou imaginário, ou seja, os elementos de um objeto correspondem a uma imagem, que se firma em um conceito que faz significar o objeto no todo; 3) naturalização, quando os conceitos figurativos adquirem materialidade, fazendo com que as metáforas, pré-conceitos e imagens distorcidas ganhem forma de representação, tornando-se reais conceitos e, em consequência disso, se expressem sob forma de realidade.

Desse modo, o processo de objetivação consiste em filtrar elementos que dão sentido a um objeto, estabelecer lógicas relações entre esses conceitos a fim de reconstruir esquemas, o que dá origem a dois novos processos: a personificação e a

metaforização, visto que os processos cognitivos dos sujeitos permitem intercambiar uma evocação de um objeto específico em atribuição de sentido a um sujeito em particular e, de outro modo, apresentar transferências de sentido com vistas a uma comparação implícita com outros objetos.

Por essa razão, é inquestionável a verificação da dinâmica social a qual o sujeito está inserido, a fim de que possamos determinar as reformulações de suas representações ao longo do tempo. Nos estudos de representação social do empresário – por exemplo – nada mais oportuno do que considerar a economia e o desenvolvimento social do Estado, de modo a compreender com eficiência as respostas que virão.

Sob um outro prisma, Pereira (2001) afirma que uma representação social consiste sempre em uma ancoragem de novos conhecimentos junto a preliminares conhecimentos, ou seja, à assimilação de um objeto novo por objetos já presentes no sistema cognitivo.

De acordo com Vala e Monteiro (2002), o estudo da ancoragem diz respeito à verificação de âncoras que sustentam uma representação e, portanto, “modelam os seus conteúdos semânticos” (p. 475), o que implica o estabelecimento de pontos de referência que servirão como princípios organizadores das relações sociais. Seu mecanismo de classificação e designação de objetos desconhecidos servem de base à construção e formulação de novos conceitos.

Conforme Doise (2002), três modalidades de ancoragem devem ser identificadas: ancoragens psicológicas (expressas sob forma de lógicas individuais), sociológicas (analisadas sob o enfoque das relações entre pertencimentos sociais) e psico-sociológicas (estudadas a partir das relações simbólicas entre identidades sociais e

representações sociais). A partir desse propósito, podemos reforçar a idéia de que as representações sociais:

oferecem uma rede de significados que permitem a ancoragem da ação e a atribuição de sentido a acontecimentos, comportamentos, pessoas, grupos e fatos sociais. Uma representação social é um código de interpretação no qual ancora o não-familiar, o desconhecido, o imprevisto. A ancoragem parece funcionar como um estabilizador do meio, como redutor de novas aprendizagens e de comportamentos inovadores (Vala e Monteiro, 2002, p. 474).

No tocante à estrutura das representações sociais, vários autores apresentam o núcleo central desenvolvido por Abric (2000) como elemento essencial da representação, estabelecendo correspondência com outros estudos e estudiosos que dedicaram suas pesquisas ao entendimento aprofundado da formação de percepções, identidade e atribuição causal.

Sua vertente acaba por contribuir para uma organização interna possível na ordem das representações sociais. É preciso reiterar que o núcleo central, por sua vez, determina-se pela natureza do objeto e pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o contexto ideológico do grupo. Ainda, é no âmbito do núcleo central que as representações sociais cristalizam-se, solidificam e estabilizam, a partir da vinculação de idéias ou mensagens mediadas pela realização de ações concretas e, basicamente, resistentes a mudanças.

Abric (1976, 1987, 2000) e Flament (1987, 1989, 1994) buscam contemplar a idéia de que na representação social existem elementos centrais e periféricos que giram em torno dos quais a representação social se estabelece e se organiza. Desta feita,

a organização de uma representação apresenta uma característica particular: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas toda a representação é organizada em torno do núcleo central, constituído por um ou mais elementos que dão à representação o seu significado (p. 72).

Conforme aponta Campos (2003), o núcleo central apresenta duas funções essenciais para a manutenção de uma representação, a saber: a) função genética, onde o significado é criado ou transformado; b) função organizadora, onde são criados elos entre os elementos presentes na representação, assegurando unidade e estabilidade.

De outro modo, há também elementos periféricos que se organizam em torno do núcleo central. Para Sá (1996), essas outras instâncias estruturadas, com papéis funcionais complementares também devem ser contempladas nos níveis de análise da representação social, sobre o que Flament se debruçou a estudar e compreender. Para Flament (citado por Sá, 1996),

É possível que diversas representações sociais (...) possam ter cada uma delas uma parte periférica relativa a um mesmo objeto. Portanto, para esse objeto, a representação social é organizada a partir de diversos temas exteriores, o que nós

denominamos: uma representação social não-autônoma” (p. 69).

Conforme Machado (2006), os elementos constitutivos do sistema periférico são mais flexíveis, criando uma defesa ao núcleo central. Para Abric (2000),

o sistema periférico permite a integração das experiências e histórias individuais. Suporta a heterogeneidade do grupo. É flexível, suporta as contradições, é evolutivo, sensível ao contexto imediato e tem a função de permitir a adaptação à realidade concreta; permite a diferenciação do conteúdo; protege o sistema central (pp. 74-75).

De acordo com Campos (2003), tais elementos periféricos se encontrarão mais próximos ou mais distantes do núcleo central a partir de diversas situações, permitindo um “funcionamento da representação como guia de leitura da realidade (p. 26).

Tal modelo, tomando por base as duas dimensões acima citadas (núcleo central e sistema periférico), faz categorizar uma perspectiva de integração e conseqüente dimensão de atitudes e formação de conceitos em face à representação social, uma vez que dão significado e oferecem passos mais firmes à tentativa de compreensão do modo de operação de um sistema social.

No tocante à sistematização das representações sociais, principalmente no que compete à sua forma, percebemos que a ênfase aos processos de comunicação re-ordena o modo como são percebidas as construções sócio-cognitivas, garantindo um sentido de funcionalidade, o que culmina com um melhor entendimento acerca das significações estabelecidas por um grupo a um determinado objeto social.

2.4. Representações Sociais e a Prática Profissional do Empresário

Buscar o conhecimento de um determinado objeto para um indivíduo ou um grupo necessita agrupar todos os contextos que permeiam a vida destas personagens. Neste sentido, as representações sociais se formam a partir de idéias, objetos e combinações que se articulam por uma lógica própria para o que Moscovici (1978) denominou como tentativa de interpretação e elaboração do real.

No caso dos empresários goianos, sujeitos do presente estudo, faz-se mister conhecer o valor simbólico que define a identidade social dos membros deste importante grupo de detentores de capital em meio aos debates e definição de processos de sustentabilidade social.

Pela via das representações sociais, tendo como estrutura a análise do núcleo central e seus sistemas periféricos, busca-se identificar quais elementos organizam e definem a atuação do empresariado goiano em consonância e/ou dissonância com os renovados sistemas de verificação de sustentabilidade social, nominados de Responsabilidade Social Corporativa.

Salutar considerar – por oportuno – que as modificações históricas aqui contempladas servem de sustentáculo para a representação social do empresário. Desde a Revolução Industrial, passando pelo Estado de bem-estar social e culminando com as discussões e determinações dos balanços sociais corporativos – como medida de responsabilidade social – coube verificar se – de fato – os direcionamentos para a classe empresarial no que diz respeito à legitimação de práticas sociais ordenadas e prescritas produziram uma representação social dos empresários voltada à consolidação de – em nosso caso – um Estado forte econômica e socialmente.

Segundo Gomes, Oliveira e Marques (2004), a representação social só pode ser construída em um determinado meio histórico e social, pois “considera em seu contexto tanto os comportamentos individuais e as motivações subjacentes aos mesmos, quanto o meio social, suas instituições e práticas, inseridos dentro da concretude histórica e da singularidade própria” (p. 81).

Para tanto, há que se considerar as evoluções históricas, os tratados econômicos, bem como os avanços sociais no sentido de contabilizar e notabilizar gastos e ganhos oriundos das relações entre os diversos atores sociais de uma sociedade capitalista, em oposição frenética aos ataques de imperialismo e capitalismo que margeiam o cenário incongruente da globalização.

Por fim, vale frisar que as práticas características da atividade empresarial condicionam a representação que os empresários formam de si próprios, derivadas de experiências individuais e/ou coletivas. Assim sendo, o discurso personalista de grande líder, pagador de impostos e motor de ação de desenvolvimento tende a sugerir abrilhantamento e proteção à categoria. Tal expressão do sujeito, conforme Jodelet (citada por Alves-Mazzoti, 2005), remete a processos cognitivos – do ponto de vista epistêmico – ou via mecanismos intrapsíquicos (investimentos pulsionais, identitários, motivações).

Inegavelmente, as representações se expressam como formas de ação política, mas somente se efetivam se houver ação concreta. Por esta razão, devemos nos acautelar quanto à verbalização e sua efetividade enquanto ação real, o que revela, por vezes, discrepância entre discurso e prática. Dito de outro modo, a representação do empresário exige uma evidência concreta, qual seja a caracterização do comportamento deste grupo social e de sua relação com a sociedade e o Estado.

Capítulo 3 - Representação Social do Empresário: Um Estudo Empírico sobre a Classe Empresarial em Goiás

Com o objetivo de conhecer a representação do empresário enquanto agente de desenvolvimento social, em face às transformações regulatórias no que tange aos princípios de Responsabilidade Social Corporativa, foi utilizado o modelo teórico conhecido como abordagem estrutural das representações sociais (Sá, 1996; Abric, 2000; Campos, 2000, 2003), mediante análise de evocações e análise de similitude.

De acordo com Sá (1996), a abordagem estrutural contempla algumas fases, a saber: identificação do conteúdo da representação, levantamento das hipóteses estruturais acerca do núcleo central e do sistema periférico da representação e o controle ou teste de centralidade hipotética.

As evocações permitem uma aproximação com a estrutura da representação social, no sentido de conceber hipóteses primárias sobre o que vem a ser central e periférico, a partir de uma palavra indutora. De acordo com Machado (2006), tal estudo segue em parte o fundamento das pesquisas do tipo *top of mind*, fazendo referência àquilo que é imediatamente lembrado como sendo mais importante. A palavra indutora deve corresponder – em primeira instância – a uma reveladora atribuição cotidiana do modo como os sujeitos pesquisados atribuem sentidos e significado aos objetos.

Os critérios para análise e qualificação das respostas obedecem a dois princípios, a saber: frequência das respostas e a sua ordem média de aparecimento (*rang* médio). A frequência de uma palavra aparece como um indicador bruto indicativo da quantidade de vezes que os sujeitos pesquisados apontaram tal item. O segundo critério, a “ordem média de aparecimento”, refere-se à posição que ocupam

na relação de hierarquia do seu aparecimento. Para compreensão da importância desses dois elementos, utiliza-se uma tabela de quatro quadrantes, de modo a permitir visualização do núcleo central e periférico da representação social.

No que tange à tabela de quatro quadrantes, a mesma se apresenta do com a seguinte visualização: 1) zona do núcleo central, ambiente de localização das evocações mais frequentes e que aparecem, em média, nas primeiras posições; 2) primeira periferia, onde aparecem os elementos que apresentam alta frequência, mas a uma ordem média de aparecimento é considerada baixa, a partir de critério estabelecido pelo pesquisador; 3) zona de elementos contrastantes, relacionados à baixa frequência e a uma ordem média de aparecimento nas primeiras posições; 4) segunda periferia, formado por elementos caracteristicamente periféricos, ou seja, de baixa frequência e sempre evocados nas últimas posições.

De outro modo, a análise de similitude permite estabelecer relações entre elementos constituintes de uma representação social. Flament (1986) define a análise de similitude como a localização dos itens mais próximos na representação de modo semelhante por parte dos indivíduos, calculados sob forma de coeficiente de contingência.

Para Campos (2003), a análise de similitude permite tratar os elementos sob forma de categorias, de modo a reunir palavras que tenham um mesmo significado social. Dito de outro modo, as categorias se apresentam como elementos de uma representação social, com possibilidade de aglutinação de diferentes palavras ou expressões.

Posteriormente, as matrizes de similitude, que são consideradas a partir de índices de distância ou proximidade das diversas categorias, permitem a construção de uma representação gráfica da organização da representação (Flament, 1986;

Vergès, 1985, 1989). O método pode permitir gráficos denominados “árvores máximas”, com diferentes limiares a partir de uma mesma matriz. O principal indicador de centralidade, em um gráfico de similitude, é a sua conexidade (Flament, 1986), que pode ser traduzida pela quantidade de arestas associadas a um elemento, ou seja, quanto maior o número de conexões presentes na árvore máxima, maior a probabilidade de se tratar de um elemento mais central.

Um segundo critério – neste nível de análise – vem a ser a intensidade das arestas ou ligações, pois quanto maior a intensidade, mais consensual é a associação entre dois elementos.

3.1. Sujeitos

Foram sujeitos do presente estudo 103 (cento e três) empresários, diretores executivos e gestores de empresas de pequeno e médio porte da Grande Goiânia (Goiânia, Aparecida de Goiânia, Hidrolândia e circunvizinhos), a partir de uma amostra ocasional da base representativa da economia goiana (empresas de pequeno e médio porte) mediante identificação preliminar do porte (número de funcionários) e setor da empresa (indústrias, estabelecimentos comerciais e prestadoras de serviço), conforme tabela abaixo:

Tabela 6 – Classificação do Porte da Empresa Segundo o Número de Funcionários – Sebrae (1999)

Porte/Setores	Indústria	Comércio/Serviços
Micro Empresa	Até 19 empregados	Até 09 empregados
Pequena Empresa	20 – 99 empregados	10 – 49 empregados

Média Empresa	100 – 499 funcionários	50 – 199 funcionário
Grande Empresa	Acima de 500 empregados	Acima de 200 empregados

Os sujeitos foram categorizados por características sócio-demográfico-econômicas (sexo, grau de instrução, categoria profissional, área de atuação da empresa e porte da empresa), apresentadas nas páginas seguintes.

Tabela 7 – Percentual dos sujeitos por Sexo

Sexo	Percentual (%)
Masculino	62
Feminino	38

Do total de respondentes (n = 103), 62% (sessenta e dois por cento) corresponde a indivíduos do sexo masculino, ao passo que 38% (trinta e oito por cento) diz respeito a indivíduos do sexo feminino, revelando o predomínio de empresários do sexo masculino na amostra pesquisada.

Tabela 8 – Percentual dos sujeitos por Grau de Instrução

Grau de Instrução	Percentual (%)
Ensino Fundamental Completo	0
Ensino Médio Completo	35
Ensino Superior Completo	40
Pós-Graduação Completa	25

Dentre o universo de sujeitos pesquisados, todos os respondentes possuem escolaridade média acima, com maior predomínio de sujeitos detentores de diploma de Ensino Superior, o que revela – à primeira vista – uma tendência a aproximação

de conhecimentos de forma mais aprofundada. No exato oposto, nenhum dos respondentes apresentou escolaridade básica ou fundamental, o que tende a significar compromisso da classe empresarial para com a sua própria formação.

Tabela 9 – Percentual dos sujeitos por Categoria Profissional

Categoria Profissional	Percentual (%)
Empresário/Proprietário	61
Empresário/Diretor	32
Outra	07

A tabela 9 apresenta as categorias profissionais compreendidas pelos sujeitos no presente estudo. Percebe-se que a maior parte é representada pelos proprietários legais das empresas (61%), ao passo que 32% (trinta e dois por cento) corresponde a Empresários/Diretores, atribuídos pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2002) como captadores e administradores dos recursos das organizações de trabalho. Por fim, 07% (sete por cento) dos respondentes se encontra na categoria Outra, sob forma de Gerência/Coordenação das empresas pesquisadas.

Tabela 10 – Percentual dos sujeitos por Área de Atuação da Empresa

Categoria Profissional	Percentual (%)
Indústria	24
Comércio	52
Serviços	24
Outra	00

A amostra de sujeitos (n = 103) corresponde ao que a teoria postulou como participantes das áreas de concentração prioritária do PIB Goiano. Assim, 24% (vinte e quatro por cento) dos respondentes exercem sua atividade profissional/empresarial em indústrias; de outro modo, 52% (cinquenta e dois por cento) dos participantes realizam seus trabalhos/investimentos em comércio (varejista ou atacadista); por fim, outros 24% (vinte e quatro por cento) representam os gestores/empresários/diretores executivos de empresas prestadoras de serviço.

Tabela 11 – Percentual dos sujeitos por Porte da Empresa

Categoria Profissional	Percentual (%)
Pequena Indústria	15
Média Indústria	09
Pequeno Comércio/Serviços	49
Médio Comércio/Serviços	27

De acordo com a tabela acima, a base predominante de respondentes realiza suas atividades empresariais em empresas de pequeno porte nas áreas de comércio e prestação de serviços (49%); de outro modo, a segunda ordem mais representativa de porte de empresa está ligada às médias empresas de comércio/prestação de serviços (27%). Por fim, os respondentes originários de pequenas indústrias (11%) e médias indústrias (09%) determinam o restante da amostra, garantindo fidedignidade na escolha dos sujeitos em consonância com as classes que representam maior geração de renda para o Estado de Goiás.

3.2. Instrumento

Para a consecução do presente estudo, foi criado um instrumento (Anexo 1), composto de quatro questões, sendo três delas relacionadas a questões de evocação e uma quarta questão, compostas de itens de eleição/julgamento.

A primeira questão (evocação clássica a partir de palavra indutora **EMPRESÁRIO**) solicitou a definição objetiva por parte dos respondentes no tocante à palavra empresário, assim formulada: Com quais palavras ou expressões você definiria objetivamente a palavra <EMPRESÁRIO> (Mínimo 04 respostas)?

A segunda questão (evocação clássica a partir de palavra indutora **EMPRESA**) foi criada no sentido de identificar possíveis apontamentos anti-normativos, de modo a fugir do padrão de respostas óbvias ou oportunistas. A questão ficou assim formulada: Nos itens abaixo, defina com palavras ou expressões quais são as principais finalidades de uma <EMPRESA> (Mínimo 04 respostas).

A terceira questão (também de evocação clássica a partir de palavra indutora **EMPRESA**) foi criada no sentido de permitir deslocamentos nas respostas dos sujeitos, com a mesma tentativa de obter dados mais elucidativos e menos padronizados. A questão ficou assim formulada: Tomando por base a sua experiência e/ou conhecimento acerca dos **EMPRESÁRIOS BRASILEIROS**, com que palavras ou expressões você acredita que eles definiriam as principais finalidades de uma <EMPRESA> (Mínimo 04 respostas)?

A quarta questão apresentou 18 (dezoito) itens de julgamento correspondentes aos padrões auditáveis do Balanço Social Corporativo (Assis, 2005), solicitando a eleição das 06 (seis) categorias mais valorizadas por empresas goianas na visão dos respondentes, assim como as 06 (seis) categorias menos

valorizadas por empresas goianienses. Os dezoito itens obedecem a padrões de desempenho e interesse econômicos e sociais, assim divididos: 1) econômicos: abertura de novos mercados, transparências nas ações financeiras, acompanhamento da receita líquida da empresa, geração de debates sobre isenção fiscal/tributária, solidificação de parcerias nacionais/internacionais, satisfação do cliente externo, contratação de empresas/empregados terceirizados, montagem de programas de participação nos lucros e definição da missão e valores organizacionais; 2) sociais: formação pessoal do trabalhador, prevenção de acidentes de trabalho, desenvolvimento profissional dos funcionários, contratação de funcionários por cota conforme legislação vigente (p. ex.: portadores de necessidades especiais), cuidado com saúde física/mental dos trabalhadores, incentivo aos trabalhos voluntários junto à comunidade, preservação do meio ambiente, cumprimento de legislações trabalhistas vigentes e criação de políticas justas de remuneração. Os itens mais valorizados receberam notas 3, os itens pouco valorizadas pelas empresas goianas receberam nota 1 e a não marcação de itens mereceu pontuação 2.

Inicialmente, foi realizada uma catalogação de empresas por área de atuação e porte, com vistas a padronizar os respondentes (indústrias, comércios e prestadoras de serviço/pequenas e médias empresas).

Em um segundo momento, foi realizado contato telefônico junto às empresas, com a finalidade de explicação minuciosa dos objetivos do trabalho, além da solicitação e conseqüente liberação para aplicação do questionário. A maior parte dos instrumentos foi aplicada nos locais de trabalho, mediante visita preliminarmente agendada. Outra parte foi deixada nas empresas para respostas e busca em momento posterior.

O tratamento de dados foi realizado utilizando técnicas quantitativas intermediadas pelo software de análise de evocações EVOC 2003 (questões 1, 2 e 3), pelo software de análise de similitude SIMI 2003 (questões 1 e 2), além do pacote estatístico SPSS 12.0 (questão 4).

Capítulo 4 – Resultados, Discussão e Considerações Finais

4.1. Resultados encontrados na Questão 1 – Palavra indutora <EMPRESÁRIO>

O resultado da questão de evocação ligada à definição da palavra EMPRESÁRIO pelo próprio empresário obedeceu a uma multiplicidade de respostas, expressas no Quadro 1. A partir de critérios definidos pelo pesquisador, foram utilizadas como medidas-padrão a frequência mínima igual a 5 (cinco), a frequência intermediária igual a 12. De outro modo, o ranking médio das palavras foi determinado pelo software utilizado (Evoc, 2002), apresentando um resultado igual a 3,2 (rangmot).

Na zona do núcleo central (palavras com alta frequência e apresentadas nas primeiras posições), podemos observar quatro palavras: empreendedor, visionário, responsável e corajoso. A palavra empreendedor apresentou frequência alta, igual a 64 ($f = 64$) e uma ordem média de aparecimentos (rang) igual a 1,88; a palavra visionário apresentou frequência igual a 25 e ordem média de aparecimentos (rang) igual a 2,72; já a palavra responsável apresentou frequência igual a 20 e ordem média de aparecimentos igual a 2,10; por fim, a palavra corajoso apareceu 17 vezes, com ordem média de aparecimentos igual a 3,05.

Na primeira periferia (casa superior direita e inferior esquerda) se encontram os elementos que atendem isoladamente a um dos critérios de análise de elementos, seja pela alta frequência ou pela ordem média de aparecimentos nas primeiras casas (rang forte). Quanto à primeira situação, as palavras com forte frequência foram: líder ($f = 19$, rang 3,31) e gerador ($f = 14$, rang = 4,14). De outro modo, as palavras

evocadas nas primeiras posições, porém com baixa frequência foram: lutador (rang = 2,00, f = 7), negócios (rang = 2,50, f = 6), impostos (rang = 2,80, f = 5), trabalhador (rang = 3,00, f = 7), homem (rang = 3,00, f = 6) e inovador (rang = 3,16, f = 6).

Quadro 1 – Resultados de evocações – Definição de Empresário

	f	rang		f	rang
Empreendedor	52	1,88	Líder	19	3,31
Visionário	25	2,72	Gerador	14	4,14
Responsável	20	2,10			
Corajoso	17	3,05			
	f	rang		f	rang
Lutador	7	2,00	Dinâmico	10	3,20
Negócios	6	2,50	Estrategista	8	3,25
Impostos	5	2,80	Criativo	8	3,50
Trabalhador	7	3,00	Flexível	7	3,42
Homem	6	3,00	Dedicado	6	4,00
Inovador	6	3,16			

Frequência mínima = 5
 Frequência intermediária = 12
 Ordem média de aparecimentos = 3,2
 Palavras diferentes = 289

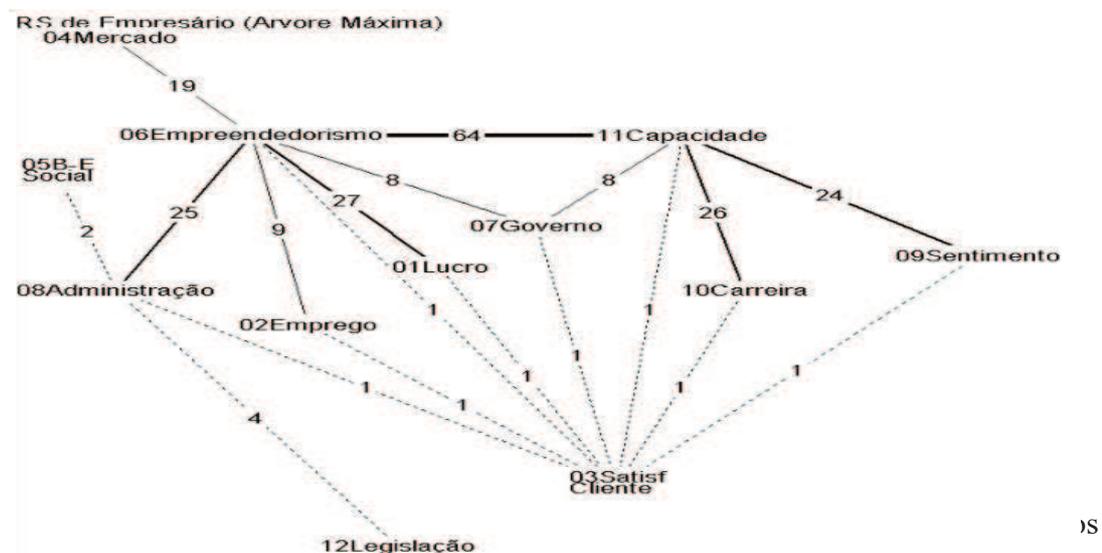
Tais resultados parecem indicar que a definição do empresário está fortemente enraizada em representações personalistas de conduta, próximas da correção e do enaltecimento de sua categoria profissional. À primeira vista, nenhuma definição da palavra “empresário” traz sintonia ou proximidade com itens de desenvolvimento social. Outro ponto marcante vem a ser a homogeneidade do universo, uma vez que a palavra “empreendedor” apresentou uma frequência bastante significativa, dada a quantidade de sujeitos.

A partir dos resultados da análise de evocações da questão 1, foi realizada uma categorização, em função da grande quantidade de palavras com mesmo referencial e significado social, pertencentes a um mesmo nível de representação

apresentado pelos sujeitos, a saber: administração (ritos burocráticos, negócio, empresa, administração), bem-estar social (qualidade de vida, preocupação com população, responsabilidade social), capacidade (inteligência, liderança, perspicácia, agilidade, poder de persuasão), carreira (ascensão social, crescimento na carreira, melhoria dos negócios, subir na vida, chefe, executivo), empreendedor (visionário, criativo, empreendedor, ativo, oportunidade), emprego (geração de emprego e renda, oferta de trabalho, empregabilidade), governo (impostos, taxaço, isenção fiscal, tributação, desenvolvedor do Estado), legislação (C.L.T., cumprimento de leis), lucro (renda, rentabilidade, dinheiro no bolso, lucro), mercado (conquista de mercado, importação, exportação, rompedor de divisas), satisfação do cliente (satisfação externa, felicidade do cliente, cliente externo) e sentimentos (amor, perseverança, lutador, injustiçado, desrespeitado).

No gráfico a seguir, as palavras foram ligadas por linhas que se destacam devido à freqüência com que as palavras são relacionadas pelos sujeitos.

Gráfico 1 – Árvore Máxima – Representação Social do Empresário (Análise de Similitude)



Empreendedorismo e Capacidade são muito provavelmente centrais, em função da

conexão estabelecida com quase todas as demais categorias e principalmente com os outros pares mais intensos, quais sejam Lucro, Administração, Carreira, Sentimento e Mercado. Poderíamos, para tanto, buscar hipóteses para a efetivação de tal constelação, como por exemplo, a idéia de que características ligadas a habilidades dos sujeitos são mais significativas no que compete à idéia do que é ser empresário. Ao que tudo indica, ser empreendedor e possuidor de capacidades pode vir a ser item primordial na obtenção de lucro, administração de negócios, conquista de mercado, além da possibilidade de vinculação a itens mais abstratos, como por exemplos os sentimentos de dedicação, luta e coragem por que dizem vivenciar os empresários.

Em sintonia com a análise de evocações da referida questão, podemos notar – ao que tudo indica – o valor simbólico que o empresário concede a questões de personalidade humana como as mais representativas da figura do empresário sem, contudo, considerar o caráter social atribuído ao seu trabalho, haja vista a inexpressiva quantidade de ligações dos elementos centrais com objetos de desenvolvimento social, como bem-estar social, geração de emprego e cumprimento de legislações trabalhistas.

4.2. Resultados encontrados na Questão 2 – Finalidade da Empresa pelos Empresários

O resultado da questão de evocação ligada às finalidades de uma empresa na visão do empresário apresentou 239 palavras diferentes. Os elementos mais centrais estão dispostos no Quadro 2.

Na zona do núcleo central da presente questão (palavras com alta frequência e apresentadas nas primeiras posições), podemos observar palavras ou frases: lucro,

geração de empregos e crescimento. A palavra lucro apresentou frequência alta, igual a 68 ($f = 68$) e uma ordem média de aparecimentos (rang) igual a 1,85; a expressão geração de empregos apresentou frequência igual a 43 e ordem média de aparecimentos (rang) igual a 2,70; já a palavra crescimento apresentou frequência igual a 14 e ordem média de aparecimentos igual a 2,87.

Na primeira periferia voltada para alta frequência e baixa ordem média de aparecimentos, as palavras/expressões com forte frequência foram: satisfação do cliente ($f = 25$, rang 3,52) e conquista de mercado ($f = 14$, rang = 3,31). De outro modo, as palavras evocadas nas primeiras posições, porém com baixa frequência foram: responsabilidade social (rang = 2,80, $f = 9$), qualidade (rang = 2,82, $f = 7$), atendimento ao cliente (rang = 2,85, $f = 7$) e qualificação profissional (rang = 2,88, $f = 7$).

Quadro 2 – Resultados de evocações – Finalidades da Empresa (1)

	f	rang		f	rang
Lucro	68	1,85	Satisfação do cliente	25	3,52
Geração de empregos	43	2,70	Conquista de mercado	14	3,31
Crescimento	14	2,87			
	f	rang		f	rang
Responsabilidade social	9	2,80	Bem-estar social	10	3,30
Qualidade	7	2,82	Sustentabilidade	8	3,25
Atendimento ao cliente	7	2,85	Preocupação ambiental	6	5,00
Qualificação profissional	7	2,88			

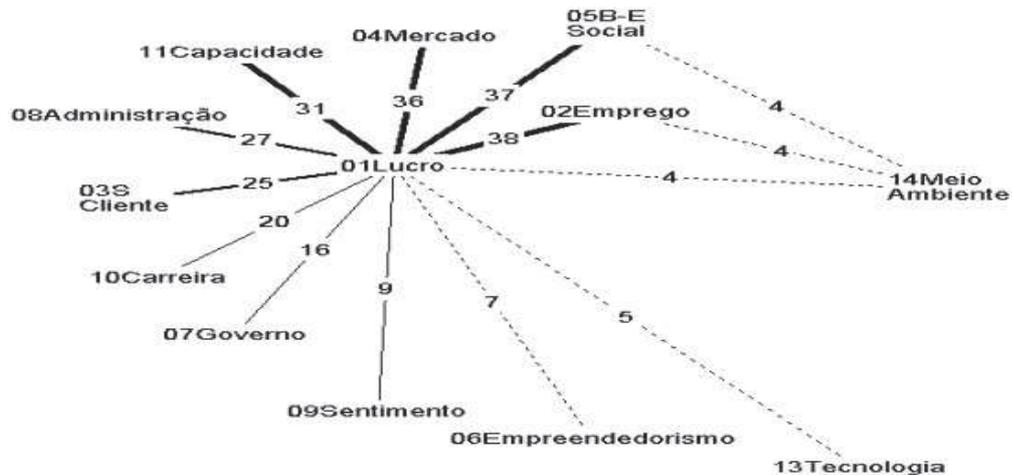
Frequência mínima = 5
 Frequência intermediária = 12
 Ordem média de aparecimentos = 2,9
 Palavras diferentes = 239

Os resultados expressos na questão 2 trazem uma aproximação com itens de desenvolvimento econômico e social, seja no núcleo central, bem como no sistema periférico. Embora pulverizadas, as respostas concedem margem à interpretação de que o empresário conhece verdadeiramente as finalidades de uma empresa, reconhecendo nestas o caráter econômico, mercadológico e social de uma empresa. Merece destaque e atenção especial a homogeneidade do universo no que concerne à palavra lucro, apontada 68 vezes no universo pesquisado.

Os resultados obtidos a partir de análise estatística junto às palavras e expressões evocadas pelos sujeitos na questão 2 geraram outra categorização com 13 itens, a saber: administração (negócios, empresa, administração), bem-estar social (qualidade de vida, justiça social, responsabilidade social), capacidade (inteligência, liderança, perspicácia, agilidade, poder de persuasão), carreira (ascensão social, carreira, poder, status social), empreendedorismo (visão, criatividade, empreendedorismo), emprego (geração de emprego e renda, oferta de trabalho, empregabilidade), governo (pagadora de impostos, sustento do governo, linhas de crédito), lucro (renda, rentabilidade, dinheiro no bolso, lucro), meio ambiente (preservação do meio ambiente, meio ambiente, poluição), mercado (conquista de mercado, importação, exportação, rompedor de barreiras), satisfação do cliente (atendimento ao cliente, excelência no atendimento, cliente externo), sentimentos (dificuldade, esperança, responsabilidade) e tecnologia (avanço tecnológico, informatização, inovação tecnológica).

Gráfico 2 – Árvore Máxima – Representação Social da Empresa – (Análise de Similitude)

RS de Empresa (Árvore Máxima)



No que concerne à avaliação do grupo 2, nota-se um deslocamento da categoria lucro, que passa a ocupar uma posição central, dada a quantidade de ligações estabelecidas com outras categorias da árvore, o que permite supor uma representação muito estruturada sobre este elemento, concedendo à referida categoria a maior finalidade de uma empresa, interligando-a às questões econômicas (mercado, administração, satisfação do cliente) e às questões sociais (bem-estar, emprego). Ao que tudo indica, a lucratividade responde como preceito inicial quando da montagem de um estabelecimento empresarial; como consequência – e não como meta, objetivo – a sociedade receberá parte dos proventos da empresa apenas sob forma de garantias complementares.

4.3. Resultados encontrados na Questão 3 – Finalidade da Empresa pelos Empresários Brasileiros

O resultado da questão de evocação ligada às finalidades de uma empresa como hipótese de respostas pelo empresário brasileiro encontra-se disposto no quadro 3. Sobre esta indagação, foram expressas 233 palavras diferentes, com freqüências e ordem média de aparecimentos apresentadas a seguir.

Quadro 3 – Resultados de evocações – Finalidades da Empresa (2)

	f	rang		f	rang
Lucro	63	1,54	Pagamento de impostos	16	3,70
Geração de empregos	33	2,54			
<hr/>			<hr/>		
	f	rang		f	rang
Crescimento	9	2,22	Conquista de mercado	11	2,90
Social	7	2,50	Satisfação do cliente	9	2,60
			Sustentabilidade	7	3,00
			Sobrevivência	6	3,00
			Qualificação profissional	6	3,25

Freqüência mínima = 5
Freqüência intermediária = 12
Ordem média de aparecimentos = 2,7
Palavras diferentes = 233

Na zona do núcleo central da questão 3 (palavras com alta freqüência e apresentadas nas primeiras posições), a palavra lucro apresentou freqüência alta, igual a 63 ($f = 63$) e uma ordem média de aparecimentos (rang) igual a 1,54; a expressão geração de empregos apresentou freqüência igual a 33 e ordem média de aparecimentos (rang) igual a 2,54.

Na primeira periferia voltada para alta frequência e baixa ordem média de aparecimentos, a expressão com forte frequência foi pagamento de impostos ($f = 25$, rang 3,52). As palavras evocadas nas primeiras posições, porém com baixa frequência foram as seguintes: crescimento (rang = 2,22, $f = 9$) e social (rang = 2,50, $f = 6$).

Importante salientar que os resultados apresentados na referida questão promovem uma aproximação com a questão 2, uma vez que os itens principais de representação (lucro, geração de emprego, crescimento) foram preservados.

A técnica de substituição aplicada (solicitar a resposta “em nome” de outro agente, “os brasileiros) não produziu nenhum efeito significativo nas hipóteses estruturais acerca da representação social das funções da empresa. Estes resultados podem ser interpretados de duas maneiras: ou se trata de inexistência de elementos ocultos por serem anti-normativos (Abric, 2000), ou a técnica de substituição não funcionou neste contexto. Os resultados, tanto da questão 2 quanto da questão 3, nos levam a acatar a primeira hipótese, uma vez que o elemento mais evocado (lucro) poderia ser objeto de discriminação social; no entanto, é produzido de modo bastante consensual. Além disto, em ambas as questões os elementos mais associados a uma visão social estão em segundo plano.

4.4. Resultados da Questão 4 – Média e Porcentagens – Desenvolvimento Econômico e Social

Tabela 12 – Média e Porcentagens – Questão 4

Setor de Atividade	Média	R1	R2	R3
Abertura de novos mercados	2,54	5%	36%	<u>59%</u>

Formação pessoal do trabalhador	1,78	46%	30%	24%
Transparência nas ações financeiras	1,92	33%	41%	26%
Acompanhamento da receita líquida da empresa	2,33	17%	33%	<u>50%</u>
Prevenção de acidentes de trabalho	2,10	33%	23%	44%
Desenvolvimento profissional dos funcionários	2,05	33%	28%	39%
Debates sobre isenção fiscal/tributária	2,10	26%	38%	36%
Contratação de funcionários por regime de cota	1,87	42%	28%	30%
<i>Cuidado com saúde física/mental dos trabalhadores</i>	<i>1,58</i>	<i><u>62%</u></i>	<i>19%</i>	<i>19%</i>
Definição da missão e valores organizacionais	1,96	22%	60%	18%
Contratação de empresas/empregados terceirizados	2,41	13%	33%	<u>54%</u>
<i>Incentivo a trabalhos voluntários junto à comunidade</i>	<i>1,45</i>	<i><u>59%</u></i>	<i>37%</i>	<i>4%</i>
Solidificação de parcerias nacionais/internacionais	2,19	13%	55%	32%
Satisfação do cliente externo	2,83	3%	11%	<u>86%</u>
Montagem de programas de participação nos lucros	1,64	52%	33%	15%
<i>Preservação do meio ambiente</i>	<i>1,58</i>	<i><u>62%</u></i>	<i>19%</i>	<i>19%</i>
Cumprimento das legislações trabalhistas vigentes	2,14	28%	30%	42%
<i>Criação de políticas justas de remuneração</i>	<i>1,53</i>	<i><u>62%</u></i>	<i>24%</i>	<i>14%</i>

R1 = atribuição de pontuação 1 = pouco valorizada

R2 = atribuição de pontuação 2 = neutralidade

R3 = atribuição de pontuação 3 = muito valorizada

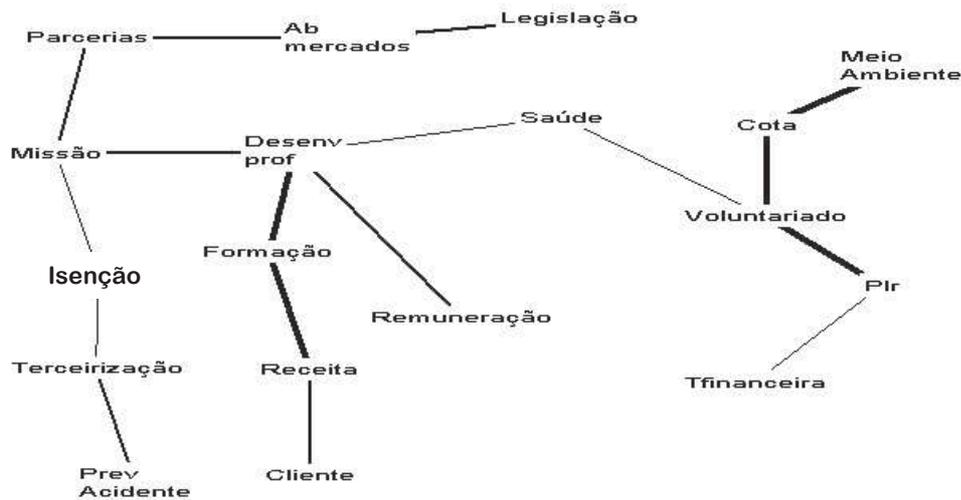
No que tange aos resultados atinentes à questão 4, podemos perceber que os itens do Balanço Social Corporativo que mais têm sido valorizados pelas empresas goianas (resposta 3 = muita importância) estão ligados a caracteres econômicos, a saber: abertura de novos mercados (59%), acompanhamento da receita líquida da empresa (50%), contratação de empresas/empregados terceirizados (54%) e satisfação do cliente externo (86%).

Em um exato oposto, os itens que têm sido menos valorizados pelas empresas (resposta 1 = pouca importância) dizem respeito a componentes sociais, quais sejam: cuidado com saúde física/mental do trabalhador (62%), incentivo aos trabalhos

voluntários junto à comunidade (59%), preservação do meio ambiente (62%) e criação de políticas justas de remuneração (62%).

Gráfico 3 – Árvore Máxima – Eleição de Categorias (Análise de Similitude) –

Questão 4



Os dados da árvore máxima da questão 4 reforçam as interligações atinentes a itens de desenvolvimento econômico em um bloco de categorias, ao passo que os itens de desenvolvimento social se sedimentam em outro bloco. Os elementos mais centrais e que estabelecem relações mais fortes (abertura de mercado, contratação de empresas/empregados terceirizados, acompanhamento da receita líquida da empresa, satisfação do cliente externo e desenvolvimento profissional) sugerem uma força predominante aos itens de desenvolvimento econômico. O outro bloco, sedimentado a partir de elementos menos centrais e conexões mais fracas, responde aos ideais de desenvolvimento social (preservação do meio ambiente, contratação de funcionários sob o regime de cotas, incentivo a trabalhos voluntários junto à sociedade, cuidado com saúde física/mental dos trabalhadores), além de uma conexão com desenvolvimento econômico (montagem de programas de participação nos lucros).

Discussão

A presente dissertação teve como objetivo fundamental o conhecimento da representação social do empresário goiano, de modo a perceber se os conteúdos expressos trouxeram sintonia com os renovados processos de inclusão social e promoção de igualdades, mais especificamente os ideais de Responsabilidade Social Corporativa.

Com cuidados, podemos inferir que os resultados apontam para o fato de que a classe empresarial – ao menos na amostragem do presente estudo – apresentou-se muito mais próxima dos ideais de desenvolvimento econômico baseado nos ímpetus de lucro e rentabilidade, força motriz do crescimento de uma empresa, mas indesculpável retrocesso no avançar de uma nação.

No que tange à primeira questão, ao que tudo indica a visão personalista da classe empresarial acerca do que vem a ser Empresário é um fato marcante, evidenciando muito mais os adjetivos que alguns contemplam (ou deveriam contemplar) do que propriamente a função econômico-social proposta pelos tratados aqui apresentados. As características desta categoria profissional passam a ser muito mais voltadas para o ideal de empreender do que sustentar, criar do que organizar, gerar baseado em características pessoais que dariam margem a uma boa condução de negócios visando aumento de riquezas. Assim como já apontado por Schumpeter, Teixeira e Mink, as características individuais passam a ser base fortalecedora do processo de maturação do empresário, mas revelam um crescimento apenas individual, não voltado à sociedade como um todo.

A mesma perspectiva se estabelece ao verificarmos as respostas da análise de similitude desta referida questão, uma vez que as categorias com maior força e

ligações estabelecidas foram Empreendedorismo e Capacidade, sustentando os ideais do que o empresário deve vir a ser, encobrendo possíveis desgastes, falhas e imperfeições na conduta deste agente de desenvolvimento econômico e social.

No que concerne às questões dois e três, o núcleo central envolve duas características que – à primeira vista – bifurcam a representação social sobre as finalidades de uma empresa: uma envolve aspectos econômicos (lucro), ao passo que a segunda explicita caracteres sociais (geração de empregos). Soma-se a isso o ideal de crescimento, que parece se envolver com os dois pontos anteriores.

Acerca deste resultado, uma análise possível – mesmo que incorramos na possibilidade de erro – reside no fato de que os elementos mais centrais das questões 2 e 3 assumem a idéia de que a empresa tem duas funções primordiais, a saber: lucro e geração de empregos.

Em reforço à teoria do lucro apontada no início da presente dissertação, sabemos que a eficácia e a obsessão lucrativa concedem vantagem apenas àqueles que detêm a concentração de propriedade, riqueza e renda, deixando o caminho ampliado para a exploração e renovada escravidão de trabalhadores.

Em continuidade, a geração de empregos passa a servir como mola propulsora do lucro, na medida em que não se nota – com alta freqüência – os ideais de capacitação profissional, desenvolvimento de habilidades e capacidades do trabalhador. Servem como indicadores de maior freqüência e ordem média de aparecimentos os itens que margeiam a lucratividade, quais sejam a satisfação do cliente externo, a conquista de mercado, a qualidade e o atendimento ao cliente externo. Além disso, a categoria lucro na análise de similitude da questão 2 se apresenta como elemento central, em forte sintonia com itens de personalismo

(capacidade), conquista de novos negócios (mercado) e bem-estar social focado à geração de emprego e renda.

Dito de outro modo, pensar na possibilidade de que a geração de empregos é um dos itens de responsabilidade social, tende a supervalorizar uma categoria que traz – ao menos no nosso entendimento – um exclusivo ideal de rentabilidade, na medida em que conceder postos de trabalho sem cuidado, critério e respeito ao trabalhador servirá apenas aos ritos de desenvolvimentais de crescimento e lucro da empresa e do empresário. Em Goiás, como já demonstrado, a relação entre admissão e demissão é muito próxima, o que nos concede o direito de supor que há mais interesse pelo empresariado local na continuidade das atividades, independente da manutenção e qualificação dos trabalhadores.

Tais preceitos – por si só – tendem a considerar o que ora fora apresentado no capítulo primeiro deste trabalho, mais especificamente a idéia de que o empresário pensa já realizar sua função social ao oferecer empregos, o que sujeita trabalhadores e assemelhados a uma condição de penúria e escravidão, se considerarmos o emprego ofertado como via única de amparo social em uma país carente de ofertas empregatícias.

Estabelecendo uma conexão entre os resultados evocados nas questões 1, 2 e 3, haveria como supor que o empreendedorismo – item mais evocado e mais inicialmente lembrado pelos sujeitos na questão primeira traz uma sintonia fina com o lucro, tanto mais evocado e mais instantaneamente apontado nas questões subseqüentes.

Ao que tudo indica, os ideais de empreender se associam à lucratividade, ou seja, nos leva a pensar que empreendedorismo é a capacidade individual de produção de lucro. Por esta via, também chama atenção o fato de que o empresário – ao ser

indagado sobre o que é ser empresário, dissocia sua prática das funções de lucro e rentabilidade, ao passo que – ao ser apontada a finalidade de uma empresa – a classe empresarial pesquisada não deixa de apontar – com clareza e intencionalidade – que lucro e satisfação da clientela são palavras de ordem.

De outro modo, a questão 4 parece clarificar o ideário do empresário, com altas médias de valorização para itens de desenvolvimento econômico, o que não ocorre com itens de desenvolvimento social.

Como as questões foram equilibradas, desperta o interesse deste autor o fato de que era de se esperar um apontamento mais idealizado, com vistas a congruar itens “agradáveis socialmente” aos resultados da pesquisa, como por exemplo a preservação do meio ambiente, fortalecimento de práticas voluntárias e cuidados com a saúde do trabalhador; no entanto, a surpresa maior reside no fato de que – sem rodeios – o empresário informa que as empresas da região valorizam muito mais os aspectos competitivos e geradores de riquezas numéricas.

Notadamente, as escolhas falam de si. Certamente, era de se esperar uma escolha com viés mais social, mesmo que a realidade pudesse se expressar diferentemente, o que muito nos surpreende. Dito de outro modo, mesmo que exista na sociedade contemporânea o desejo de alicerçar crescimento social sustentável sobre as ordens de meio ambiente, saúde, garantia de melhoria nas condições de vida do trabalhador, o empresário parece estar bastante distante ou desinteressado deste cenário.

A preocupação se mostra evidente, na medida em que o empresário – herdeiro das funções sociais a uma sociedade desde a ruptura dos estados provedores de bem-estar social – parece nem alimentar os caminhos do espaço contraditório da teoria e da prática. Posiciona-se angariador de lucro no mesmo compasso em que

despreza os itens de Responsabilidade Social Corporativa voltados à inclusão e promoção do fortalecimento da democracia.

Em linhas gerais, não podemos deixar de considerar que os itens de Responsabilidade Social Corporativa são conteúdos conhecidos do empresariado pesquisado. Não se nota desconhecimento quanto às políticas de responsabilidade social, haja vista a razoável evocação de palavras voltadas para sustentabilidade social; no entanto, podemos inferir que elas apenas circundam o ambiente periférico do conteúdo representacional do empresário.

Por oportuno, podemos apontar para o fato de que as políticas sociais das organizações acabam servindo mais como sustentação a políticas de marketing empresarial para a conquista de novos clientes do que propriamente resguardo, legitimação e melhoria das condições de vida da população direta e indireta do cenário a que a empresa está vinculada.

Os resultados nos permitem inferir que o empresário apenas buscou – ao longo dos tempos – novas formas de condução de gestão de negócios, até mesmo de modo a responder com rapidez e presteza aos anseios neoliberais, mantendo-o posicionado enquanto agente de desenvolvimento econômico exclusivamente, sem os alicerces próprios e característicos de desenvolvimento social que amparam (ou deveriam amparar) as elites funcionais (Jaguaribe, 1975). Sob este enfoque, parece necessário manter os postulados de Diniz (2005) acerca das críticas ao empresariado brasileiro e, em responsabilidade solidária, ao empresário goiano, caracterizando-o como desinteressado das políticas sociais de assistência às populações mais carentes.

Dizer – por fim – que as empresas socialmente responsáveis assumem uma vantagem competitiva no cenário dos negócios, cativando o cliente externo (conforme preceitua Rico, 2004) com responsabilidade social corporativa parece ser

um item bastante distante do ideário local. De certo modo, e em certa medida, parece ser útil não somente a ampliação do debate acerca das políticas de avanço social, mas tanto mais contundente e nobre o exercício da fiscalização e rigor na análise dos balanços sociais corporativos.

Desprezar o cenário local e o contexto das mudanças requeridas por uma sociedade em face à obsolescência governamental, desrespeitar o trabalhador enquanto aliado no processo de crescimento econômico, ocultar-se à sociedade enquanto partícipe de crescimento sustentável, tende a conduzir o empresariado alienado a uma marcha-a-ré com efeitos sem precedentes na história da globalização atual, uma vez que os investimentos das empresas transnacionais em conscientização política e mobilização social podem ser suficientes para a deterioração daquelas que não buscam engajamentos desta natureza. Soma-se o risco ao avanço. Multiplica-se o caos e a esperança. Divide-se o tempo e a história...

Considerações Finais

É certo que os resultados expressos na presente dissertação não formam – por si só – um conjunto definitivo de respostas, mas alimentam o desejo de possibilitar melhoria nas relações entre os diversos atores sociais envolvidos em um processo de avanço regional pela via dos crescimentos econômico e social.

Enquanto gestor de recursos humanos em organizações de trabalho, sentimos tentados a conhecer o “outro lado da moeda”. Buscamos, mesmo com extrema dificuldade, visitar um importante e por vezes indisponível agente de desenvolvimento – o empresário goiano.

Com todos os critérios comuns a uma necessária neutralidade axiológica, tentamos compreender se a visão do empresariado local já se aproximava do ideal de responsabilidade social corporativa, ou se deveríamos lutar mais fortemente contra os inegáveis resultados estatísticos de miséria e fome, os injustos processos de trabalho a que os profissionais são por vezes submetidos, o que culmina com cenários empresariais de degradação, retaliação, desgastes passíveis de sofrimento no trabalho que alimentam doenças e conseqüentes afastamentos temporários ou definitivos. Por oportuno, vale frisar o que o presente estudo não tratou de conceder desprestígio à classe empresarial; ao contrário, desejou-se notabilizá-los pelos feitos até então pouco visualizados.

Não podemos deixar de considerar que os resultados foram – na nossa modesta opinião – bastante significativos, na medida em que a “capital” busca pelo lucro e rentabilidade apareceram sem nem a peneira do cuidado e da consciência social.

Pensamos – portanto – que os agravos à saúde do trabalhador, a degradação voraz do meio ambiente, os escores elevados de pobreza marcam seu tempo no relativo descaso empresarial. Com respeito à história, não podemos buscar mudanças significativas da noite para o dia, mas podemos cobrar desde sempre uma inversão de rota.

As políticas de responsabilidade social corporativa definem um novo rumo de acesso aos investimentos sociais empresariais a partir dos processos de globalização. A ética e a transparência – mais do que dois pontos ideológicos – já se sustentam, ao menos em tese, no cerne dos debates sobre a prática empresarial. Ações de grupos focais (GIFE, FIDES, ETHOS) se mostram visíveis e geradores de possíveis conscientizações das partes ora desinteressadas dos ideais de assistência e filantropia.

Os modelos propostos de análise (evocação e similitude) pela teoria das representações sociais foram suficientes para uma primeira aproximação com o objeto de estudo. Os resultados das questões de evocações trouxeram a nós a fomentação do lucro e a visão personalista do empresário para com sua atuação profissional. As análises de similitude reforçaram tais aspectos, revisitando o ideal burguês de início de século nas pouco generosas condutas de agora. Os dados expressos aqui servirão de base para novos passos.

Sem que pareça forçoso, torna-se nobre considerar que as políticas sociais internacionais podem muito contribuir para uma mudança de comportamento da classe empresarial local, sob o risco do atropelo aos menos passíveis de crescimento. Mesmo que a globalização patine neste mar de incongruências econômicas e sociais, tem-se a crença de que a conscientização conseguida mundo afora no que compete ao ideário do desenvolvimento social pode ser suficiente para alterar – mesmo que

depois de longos períodos – um núcleo central enraizado em personalismos e crescimentos pessoais.

Finalmente, que o pioneirismo que tal dissertação ora marca nos estudos do empresariado local abranja novas possibilidades de análise. Para tanto, sugerem-se pesquisas de maior abrangência, no sentido de estabelecer íntimas relações entre satisfação no trabalho e responsabilidade social corporativa, comprometimento organizacional e sustentabilidade empresarial, para citar alguns, de modo que a classe empresarial enxergue com os óculos da consciência que o lucro de um pode – e deve – ser o enriquecimento de muitos.

Não se trata de penalizar o detentor de capital, mas cristaliza-se o desejo de distribuir benefícios a todos os atores sociais. Do antagonismo ao protagonismo, as vantagens competitivas consubstanciadas por políticas saudáveis de responsabilidade social permitirão – a seu tempo – uma diminuição nos níveis de desigualdade social pela esteira da consciência.

Referências Bibliográficas

- Abric, J. C. (1976). *Jeux, conflits es représentations sociales*. Tese de Doutorado, Universidade de Provence, Aix-en-Provence.
- Abric, J. C. (1987). *Coopération, compétition et représentations sociales*. Cousset-Fribourg: Del Val.
- Abric, J. C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira, A. S. P. & Moreira, D. C. (Orgs.), *Estudos interdisciplinares em representações sociais*. Goiânia: AB Editora.
- Agostini, J. C., Angonese, R. M. & Bogoni, R. T. (2004). Empreendedorismo. *Cadernos da SBDG*, 23, 91-109.
- Albuquerque, R. C. (1999). *O Brasil e a globalização*. Recife: Instituto Nacional de Altos Estudos.
- Antunes, R. (2003). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Assis, M. T. (2005). *Indicadores de gestão de recursos humanos– usando indicadores demográficos, financeiros e de processos na gestão do capital humano*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2000). *Relato sensorial n. 2 – balanço social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa*. Brasília: Beatriz Azeredo.
- Bertran, P. (1978). *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente.
- Biderman, C., Cozac, L. F. e Rego, J. M. (1996). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34.
- Birchal, S. (2004). O empresário brasileiro – um estudo comparativo. *IBMEC, 1 (1)*. Recuperado em 27 ago. 2005, do IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais): <http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp11.pdf>

Borger, F. G. (2001). *Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Borges, E. B. (2004). Guerra fiscal, industrialização e concentração de renda em Goiás. In: Castro, J. D. B. (Org.), *Ensaio sobre a economia regional goiana* (pp. 17-56). Anápolis: UEG.

Brum, A. (1999). *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Editora Unijuí.

Campos, P. H. (2000). As representações sociais de “meninos de rua”: proximidade do objeto e diferenças estruturais. In: Moreira, A. S. P. & Moreira, D. C. (Orgs.), *Estudos interdisciplinares em representações sociais*. Goiânia: AB Editora.

Campos, P. H. F. (2003). A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In: Campos, P. H. F. & Loureiro, M. (Orgs.), *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Editora UCG.

Cappi, A. & Cappi, M. C. B. (2003). Welfare state ou minimum state: o desafio político do administrador moderno. In: Macêdo, K. (Org.). *Administração em tempos de globalização* (pp. 45-68). Goiânia: Editora UCG.

Carcanholo, R. (2003). Trabalhadores, empresários e economistas – prisioneiros da aparência. *Revista Crítica Marxista – Unicamp*, 16 (1). Recuperado em 30 ago. 2005, do Portal Unicamp (Universidade de Campinas): <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16carcanholo.pdf>

Carvalho, J. M. (2003). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Castro, M. C. G. de. (2002). Mineração em pequenos municípios, compatibilidade possível para o desenvolvimento local: uma análise do Estado de Goiás. In: Castro, J. D. B. (Org.), *Ensaio sobre a economia regional goiana* (pp. 59-101). Anápolis: UEG.

Correia, S. P. S. (2003). *Goiás, a globalização e o futuro*. Goiânia: Editora UCG.

Correia, S. P. S. (2006). *A construção de Goiás – ensaio de desenvolvimento econômico político e regional*. Goiânia: Editora UCG.

Costa, P. R. N. (2000). Empresários industriais e estado no Brasil do século passado. *Revista de Sociologia e Política*, 15, 133-153.

Couri, S. (2001). *Liberalismo e societalismo*. Brasília: Editora UnB.

Degen, R. (1989). *O empreendedor – fundamentos da iniciativa empresarial*. São Paulo: McGraw Hill.

Diniz, E. & Boschi, R. R. (2003). Empresariado e estratégias de desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (52), 16-33.

Diniz, E. (2005). *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. São Paulo: Paz e Terra.

Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18 (1), 27-35.

Durkheim, E. (1912). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.

Fendt, R. (2005). Cinco observações politicamente incorretas sobre globalização. In: Hofmeister, W. (Org.). *Política social internacional* (pp. 21-30). Rio de Janeiro: Konrad Stiftung.

Flament, C. (1986). L'analyse de similitude: une technique pour les recherches sur les représentations sociales. In: Doise, W. e Palmonari, A. (Orgs.), *L'Étude des représentations sociales* (pp. 139-156). Neuchâtel : Delachaux et Niestlé.

Flament, C. (1987). Pratiques et représentations sociales. In: Beauvois, J. L., Joule, R. & Monteil, J. M. (Orgs.). *Perspectives cognitives et conduites sociales*. Cousset: Del Val.

Flament, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales. In: Jodelet, D. (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF.

Flament, C. (1994). Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In: Abric, J. C. (Ed.). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF.

Franco, M. L. P. (2004). Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Cadernos de Pesquisa*, 34 (121), 169-186.

Freitas, A. S. (1997). Economia brasileira: considerações sobre a política econômica no período de 1946 a 1997). *Estudos empresariais – UCB*, 2 (2), 21-36.

Furtado, C. (1975). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora

Furtado, M. B. (1999). *Síntese da economia brasileira*. Rio de Janeiro: LTC Editora.

Goldenstein, L. (1994). *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gomes, F. G. (2003). Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Política*, 40 (2), 201-236.

Gomes, A. M. T., Oliveira, D. C. & Marques, S. C. (2004). A representação social do trabalho do enfermeiro na programação em saúde. *Psicologia: Teoria e Prática*, Edição Especial, 79-90.

Governo do Estado de Goiás. Portal de Informações. Recuperado em 25 de novembro de 2006: <http://www.goias.go.gov.br>

Hirst, P. & Thompson, G. (1998). *Globalização em questão*. Rio de Janeiro: Vozes.

Hofmeister, W. (2005). (Org.). *Política social internacional*. Rio de Janeiro: Konrad Stiftung.

Ianni, O. (1998). As ciências sociais na época da globalização. *Cadernos de Pesquisa*, 13 (37), 33-41.

Itami Campos, F. (2003). *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Vieira.

Jaguaribe, H. (1975). *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Perspectiva.

Jodelet, D. (Org.). (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ.

Kanaane, R. (1999). *Comportamento humano nas organizações – o homem rumo ao século XXI*. São Paulo: Atlas.

Koontz, H. & O'Donnel, C. (1973). *Princípios de administração*. São Paulo: Pioneira.

Lacerda, A. C. (2002). *O impacto da globalização na economia brasileira*. São Paulo: Contexto.

Leiria, A. M. L. (2002). *As competências do empresário da empresa de pequeno porte – um breve estudo sobre um grupo de empresários vencedores do Prêmio Talentos Empreendedores na região metropolitana de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Macêdo, K. B. (2003). A responsabilidade social e as organizações no Brasil. In: Macêdo, K. B. & Barros, J. B. (Orgs.). *Administrando em tempos de globalização*. Goiânia: Editora UCG.

Machado, H. C. (2006). *Representação social de governo e a teoria do Estado*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

Marques, R. M. (1997). *A proteção social e o mundo do trabalho*. São Paulo: Bial.

Mazzotti-Alves, A. J. (2005). Representações sociais e educação: a qualidade da pesquisa como meta política. In: Oliveira, D. C. & Campos, P. H. F. (Orgs.). *Representações sociais, uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Museu da República.

Mesgravis, L. (1994). *O Brasil dos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto.

Ministério do Trabalho e Emprego (2002). *Classificação brasileira de ocupações*. Brasília: MTE.

Mises, L. V. (1966). *Human action*. Chicago: Henry Regnery.

Moreira, A. & Oliveira, C. (Orgs.). (2000). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB Editora.

Moscovici, S. (1981). On social representations. In Forgas, J. (Org.), *Social cognition. Perspectives on everyday understanding* (pp.181-209). New York: Academic Press.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Navarro, V. (1993). Produção e estado de bem-estar: o contexto político das reformas. *Revista Lua Nova*, 28 (2), 160-199.

Naffziger, D. (1995). Entrepreneurship: a person based theory approach. In: Katz, J. A. & Brockhaus, R. (Orgs.), *Advances in Entrepreneurship*, 2, 21-50.

Nóbrega, S. (2001). Sobre a teoria das representações sociais. In: Moreira, A. (Org.), *Representações Sociais: Teoria e Prática* (pp.51-67). João Pessoa: Universitária.

Offee, C. (1989). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.

Oliveira, R. (2001). *História do Brasil – análise e reflexão*. São Paulo: FTD.

Pereira, F. (2001). *Representação social do empresário*. Lisboa: Edições Silabo.

Prado Júnior, C. (1974). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Ramonet, I. (1998). *Geopolítica do caos*. (G. Teixeira, Trad.) Petrópolis: Vozes.

Rico, E. M. (2004). A responsabilidade social empresarial e o Estado – uma aliança para o desenvolvimento sustentável. *São Paulo em Perspectiva*, 18 (4), 73-82.

Rosanvallon, P. (1997). *A crise do Estado-providência*. (J. Ulhôa, Trad.). Goiânia: Editora UFG/Brasília: Editora UnB.

Sá, C. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

Santos, B. S. (2002). Os processos de globalização. In: Santos, B. S. (Org.), *A globalização e as ciências sociais* (pp. 25-94). São Paulo: Cortez.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (1999). *Estudo da mortalidade das micro e pequenas empresas brasileiras*. São Paulo: Sebrae.

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás (2006). *Produto interno bruto em Goiás – 2004*. Goiânia: Seplan.

Secretária do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás. (2005). *Goiás em dados*. Goiânia: Seplan.

Sene, E. de (2003). *Globalização e espaço geográfico*. São Paulo: Contexto.

Sistema Fieg. Federação das Indústrias do Estado de Goiás. Recuperado em 16 de outubro de 2006: <http://www.sistemafieg.org.br/site>

Soboul, A. (2003). *A revolução francesa*. São Paulo: Bertrand.

Spink, M. (1995). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. In: Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais* (pp. 117-145). Petrópolis: Vozes.

Stiglitz, J. E. (2007). *Globalização: como dar certo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Superintendência de Pesquisa e Informação da Seplan. Recuperado em 21 de outubro de 2006: <http://www.seplan.go.gov.br>

Teixeira, E. & Mink, C. (2000). *Competências múltiplas gerenciais*. São Paulo: Makron Books.

Teixeira, N. G. (1991) (Org.). *A ética no mundo da empresa*. São Paulo: Pioneira.

Vala, J. & Monteiro, M. (2002). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vasconcellos, M. A. S., Gremaud, A. P. e Toledo Júnior, R. (1999). *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Atlas.

Vergès, P.(1985).*Interprétation au premier degré l'analyse au plus près des propriétés mathématiques*. Informatique et Sciences Humaines. (SI): p.27-40.

Vergès, P. (1989). Représentations soliales de l'économie: une forme de connaissance. In: Jodelet, D. (Ed.). *Les représentations sociales*.Paris: PUF.

Vieira, L. (2004). *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record.

Zanoti, L. A. R. (2006). *A função social da empresa como forma de valorização da dignidade da pessoa humana*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de Marília, São Paulo.

Anexos



Estamos realizando uma pesquisa sobre o EMPRESÁRIO no campo das pequenas e médias empresas. Sua opinião nos interessa. É muito simples responder ao questionário, basta seguir as orientações. Estamos pedindo que você responda o mais sincero e espontaneamente possível. O questionário é anônimo e não tem respostas certas ou erradas. O que nos interessa é sua opinião. Desde já, agradecemos pela sua participação.

1) Com quais palavras ou expressões você definiria objetivamente a palavra «EMPRESÁRIO**»? (Mínimo 04 respostas)**

a) _____

b) _____

c) _____

d) _____

e) _____

f) _____

g) _____

h) _____

2) Nos itens abaixo, defina com palavras ou expressões quais são as principais finalidades de uma «**EMPRESA**». (Mínimo 04 respostas)

a) _____

b) _____

c) _____

d) _____

e) _____

f) _____

g) _____

h) _____

3) Tomando por base a sua experiência e/ou conhecimento acerca dos **EMPRESÁRIOS BRASILEIROS**, com que palavras ou expressões você acredita que eles definiriam as principais finalidades de uma «**EMPRESA**»? (Mínimo 04 respostas)

a) _____

b) _____

c) _____

d) _____

e) _____

f) _____

g) _____

h) _____

4) Abaixo, listamos uma grande variedade de fatores que compõem o balanço econômico/social de uma empresa. Marque com um sinal positivo **(+)** os **seis** itens que – na sua opinião – mais têm sido valorizados pelas empresas goianas em geral. Do mesmo modo, solicitamos a gentileza da marcação com um sinal negativo **(-)** nos **seis** itens que – na sua visão – têm sido menos valorizados pelas empresas goianas.

- a) Abertura de novos mercados _____
- b) Formação pessoal do trabalhador (educação, cultura) _____
- c) Transparência nas ações financeiras _____
- d) Acompanhamento da receita líquida da empresa _____
- e) Prevenção de acidentes de trabalho _____
- f) Desenvolvimento profissional dos funcionários _____
- g) Geração de debates sobre isenção fiscal/tributária _____
- h) Contratação de funcionários por cota conforme legislação vigente (p.ex.: portadores de necessidades especiais) _____
- i) Cuidado com saúde física/mental dos trabalhadores _____
- j) Definição da missão e valores organizacionais _____
- l) Contratação de empresas/empregados terceirizados _____
- m) Incentivo aos trabalhos voluntários junto à comunidade _____
- n) Solidificação de parcerias nacionais/internacionais _____
- o) Satisfação do cliente externo _____
- p) Montagem de programas de participação nos lucros _____
- q) Preservação do meio-ambiente _____
- r) Cumprimento de legislações trabalhistas vigentes _____
- s) Criação de políticas justas de remuneração _____

Informações Pessoais

Sexo: Masculino
 Feminino

Grau de Instrução: 1º. Grau Completo (Ensino Fundamental)
 2º. Grau Completo (Ensino Médio)
 3º. Grau Completo (Ensino Superior)
 Pós-Graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado)

Categoria Profissional: Empresário/Proprietário
 Empresário/Diretor Executivo
 Outra _____

Área de Atuação: Indústria
 Comércio (varejista ou atacadista)
 Serviços
 Outros _____

Número de funcionários devidamente cadastrados sob o regime da C.L.T.: _____ funcionários

OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!